

**CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE GEOGRAFIA – LICENCIATURA**

DANIEL DOS SANTOS MOREIRA

ENTRE REDES E TEMPESTADES: os desafios para os pescadores
artesanais na Reserva Extrativista Baía do Tubarão

São Luís - MA

2025

DANIEL DOS SANTOS MOREIRA

ENTRE REDES E TEMPESTADES: os desafios para os pescadores
artesanais na Reserva Extrativista Baía do Tubarão

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Rosalva de Jesus dos Reis

São Luís – MA

2025

DANIEL DOS SANTOS MOREIRA

ENTRE REDES E TEMPESTADES: os desafios para os pescadores artesanais na Reserva Extrativista Baía do Tubarão

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Orientador: Profa. Dra. Rosalva de Jesus dos Reis

Aprovado em: 25/06/2025

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 ROSALVA DE JESUS DOS REIS
Data: 22/07/2025 19:34:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientadora: Profa. Dra. Rosalva de Jesus dos Reis

Documento assinado digitalmente
 JOSE FERNANDO RODRIGUES BEZERRA
Data: 10/09/2025 11:11:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. José Fernando Rodrigues Bezerra

Doutor em Geografia

Universidade Estadual do Maranhão

Documento assinado digitalmente
 MATHEUS COSTA ARAUJO
Data: 09/09/2025 17:46:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Mestrando. Matheus Costa Araujo

Mestrando em Geografia

Universidade Estadual do Maranhão

DANIEL DOS SANTOS MOREIRA

DANIEL DOS SANTOS MOREIRA

ENTRE REDES E TEMPESTADES: os desafios para os pescadores
artesanais na Reserva Extrativista Baía do Tubarão

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Geografia da
Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do grau de Licenciado em
Geografia.

Orientador: Profa. Dra. Rosalva de Jesus dos Reis

Moreira, Daniel dos Santos

Entre redes e tempestades: os desafios para os pescadores artesanais na Reserva Extrativista Baía de Tubarão. / Daniel dos Santos Moreira. – São Luis, MA, 2025.

71 f

Monografia (Graduação em Geografia Licenciatura) - Universidade Estadual do Maranhão, 2025.

Orientador: Profa. Dra. Rosalva de Jesus dos Reis

I.Título.
1.Pescadores artesanais. 2.Comunidades tradicionais. 3.Modos de vida.

CDU:639.2:911.37

Elaborado por Cássia Diniz - CRB 13/910

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho é a culminância de 04 anos de graduação. Considero-me um privilegiado por ter conseguido chegar até aqui, considerando que a educação superior no Brasil ainda é um privilégio para poucos, infelizmente. Dessa forma, eu gostaria de agradecer a todas as pessoas e instituições que me ajudaram a chegar até aqui.

Aos meus pais, desejo todas essas páginas, que cheguem até eles como recompensa dos vários anos de esforços dedicados à minha criação. Sobretudo a minha mãe, Joseane Belo dos Santos, que sempre enfatizou a importância de permanecer estudando, mesmo quando todas as estatísticas apontavam para uma realidade completamente diferente.

Serei eternamente grato aos meus irmãos, minha cunhada e meus dois sobrinhos queridos. A simples existência deles em minha vida gera em mim um anseio em continuar em direção rumo ao norte.

Aos meus amigos queridos que fiz durante a trajetória acadêmica, em especial aos queridos da turma de 2021.2 do curso de Licenciatura em Geografia. Para Elane Costa Rodrigues, Raissa Bastos Aires, Thayza Moreira Costa Silva, Ezequiel Souza Mesquita e Matheus Silva Santana. O cotidiano seria apático sem a presença de vocês diariamente, é um alívio poder desfrutar da companhia de vocês.

Agradeço também ao Marcus, Luz, Thalia e Ana, meus amigos queridos que compartilham comigo esse momento. Cada palavra de orientação e esperança foram fundamentais durante a escrita deste trabalho.

À minha orientadora, Profa. Dra. Rosalva de Jesus dos Reis, por toda paciência que demonstrou ter. Eu a agradeço por todas as palavras de orientação. Eu espero um dia ser ao menos metade da profissional que a senhora é.

Agradeço também a FAPEMA e UEMA por terem me proporcionado experiências inesquecíveis no mundo da pesquisa. Todo conhecimento adquirido só foi possível graças ao financiamento das pesquisas dessas duas entidades.

Escrevo todas essas palavras sem ordem específica, e por último queria muito agradecer aos pescadores e pescadoras artesanais. O que mais me chamou atenção, durante a execução deste trabalho, foi o senso de humanidade desses trabalhadores. A recepção calorosa, a escuta e o diálogo. São pessoas que têm muito a dizer e espero sempre os escutar com carinho.

RESUMO

A pesca artesanal no Brasil, desde os períodos remotos, é praticada pelo ser humano. Inicialmente, percebe-se o caráter de subsistência nessa prática. Com o passar dos séculos, essa atividade passou a servir como forma de garantir renda para aqueles que a exercem. O Estado brasileiro, ao longo do tempo, não investiu efetivamente nessa categoria, acarretando a marginalização desses trabalhadores. O presente trabalho analisou os principais desafios enfrentados pelos pescadores artesanais na Reserva Extrativista Baía do Tubarão, localizada nos municípios de Humberto de Campos e Icatu. Identificamos as principais dificuldades desses trabalhadores, sua relação com entidades representativas e com o poder público local. Também analisamos o modo de vida dessa população e observamos sua percepção sobre essa unidade de conservação. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com questões que envolvem o cotidiano dos pescadores e perguntas específicas para o presidente da colônia de pescadores. Constatou-se a banalização de direitos trabalhistas e tensões entre os pescadores artesanais e o ICMBio — fatores que tornam ainda mais difícil o trabalho dessas pessoas, que assistem ao esfacelamento de seu modo de vida

Palavras-chaves: Pescadores artesanais; Comunidades tradicionais; Modo de vida.

ABSTRACT

Artisanal fishing in Brazil has been practiced by humans since ancient times. Initially, this activity had a subsistence character, but over the centuries, it became a means of income for those who engage in it. Over time, the Brazilian state has failed to effectively invest in this sector, resulting in the marginalization of its workers. This study analyzed the main challenges faced by artisanal fishers in the Baía do Tubarão Extractive Reserve, located in the municipalities of Humberto de Campos and Icatu. We identified the primary difficulties encountered by these workers, their relationship with representative entities, and the role of the local public authorities. We also examined the way of life of this population and observed their perception of this conservation unit. To achieve this, we conducted semi-structured interviews with questions concerning the daily lives of the fishers, as well as specific questions directed to the president of the fishers' colony. The findings revealed the trivialization of labor rights and tensions between artisanal fishers and ICMBio (Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation). These factors contribute to the increasing difficulty of the fishers' work, as they witness the disintegration of their traditional way of life.

Keywords: Artisanal fishers; Traditional communities; Way of life.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 01: Cronograma de atividades realizadas
- Figura 02: Numero de reservas extrativistas federais com plano de manejo
- Figura 03: Numero de reservas extrativistas estaduais com plano de manejo
- Figura 04: Fluxo da construção da identidade social
- Figura 05: Mapa de localização da RESEX
- Figura 06: Vista da comunidade de Santa Maria
- Figura 07: Centro do povoado de Humberto de Campos
- Figura 08: Pirâmide etária de Icatu
- Figura 09: IDHM de Humberto de Campos
- Figura 10: IDHM de Icatu
- Figura 11: Renda dos moradores de Humberto de Campos
- Figura 12: Renda dos moradores de Icatu
- Figura 13: A) embarcações no porto de Icatu; B) embarcações no município de Humberto de Campos
- Figura 14: Pescador artesanal falando sobre o ICMBio
- Figura 15: Pescador na RESEX
- Figura 16: A) mercado de Humberto de Campos; B) pessoas comprando pescados no porto de Icatu
- Figura 17: A) Colônia de pescadores em Humberto de Campos; B) peixes sendo tratados na embarcação; C) peixes sendo pesados
- Figura 18: Pescadores atracando embarcação
- Figura 19: da esquerda para a direita: dona Ilzilene, dona Catarina, dona elida
- Figura 20: Mapa de localização da Ilha do Gato
- Figura 21: Roda de conversa com pescador
- Figura 22: Pescador em Icatu

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Entrevistas realizadas em 2024 na RESEX Baia de Tubarão.....	15
Tabela 2 - Entrevistas realizadas na RESEX Baia de Tubarão, 2025	16
Tabela 3 - Numero de área total das U.C's por Estado do Brasil	19
Tabela 4 Número de habitantes de Humberto de Campos e Icatu	47
Tabela 5 Estabelecimentos de saúde em Humberto de Campos e Icatu.....	50
Tabela 6 Taxa de escolarização em Humberto de Campos e Icatu	51
Tabela 7 Indice de desenvolvimento humano da educação básica	51
Tabela 8 Receitas brutas realizadas e empenhadas em Humberto de Campos/ Icatu.....	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Etapas de criação de uma U.C.....	22
---	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	METODOLOGIA	14
3	REFERENCIAL TEÓRICO	17
3.1	Unidade de Conservação no Brasil	17
3.2	RESEX	20
3.3	SOCIOBIOECONOMIA.....	24
3.4	COMUNIDADES TRADICIONAIS: conceitos.....	26
3.5	Pesca	29
3.6	Maretório.....	31
3.7	TOPOFILIA.....	35
3.8	Identidade.....	37
4	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	41
4.1	Localização.....	41
4.2	Histórico	43
5	ASPECTOS SOCIOECONOMICOS.....	47
5.1	População e densidade demográfica.....	47
5.2	IDHM.....	48
6	DESAFIOS	54
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
	REFERÊNCIAS	68
	APENDICE – Entrevista semiestruturada.....	71

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, os primeiros pescadores foram os povos indígenas. Muito antes da chegada dos portugueses, eles já praticavam a pesca como uma forma essencial de garantir a alimentação de suas comunidades. Desde então, essa atividade tem se consolidado ao longo do litoral brasileiro, revelando-se como uma das mais promissoras em termos de produção e geração de renda. No entanto, as pessoas que exercem esse trabalho ainda carecem de reconhecimento e apoio. É fundamental voltar o olhar para esses grupos e compreender o contexto, muitas vezes desfavorável, em que estão inseridos.

Segundo Souza *et al.* (2021), a captura de diversas espécies de peixes constitui a principal atividade econômica no litoral maranhense. A pesca movimenta a comunidade, atraiendo grande parte dos moradores. Em geral, os homens são os responsáveis por sair para as pescarias, enquanto as mulheres, junto com os filhos, colaboram nas atividades relacionadas. Dessa forma, toda a família acaba envolvida nesse processo.

A Reserva Extrativista Baía do Tubarão é uma importante unidade de conservação da natureza que além de abrigar uma riqueza faunística singular com presença de vegetações de diferentes espécies, constituindo um cenário favorável para a biodiversidade, dessa forma, promovendo o equilíbrio de um ecossistema naquela região que favorece e atrai atenção de turistas e impulsiona o desenvolvimento de uma das principais atividades econômicas ali estabelecidas.

A pesca artesanal é amplamente difundida no litoral do Maranhão, prática essa que parece não ter sido incorporada nos regimentos trabalhistas vigentes, sobretudo suas especificidades. A presente pesquisa visa analisar os principais desafios que os pescadores e pescadoras artesanais enfrentam no seu cotidiano.

Junior (2012) afirma que o trabalho, na era do capitalismo, tem trazido modificações literais ao corpo do trabalhador. Ao observar a atividade pesqueira, percebeu-se que as marcas perpassam a corporização no momento em que as dificuldades existentes são identificadas.

A atividade pesqueira, nas comunidades de pescadores artesanais, vai além da geração de renda. Trata-se de um trabalho marcado pela identidade e pelo sentimento de pertencimento, pois é uma prática milenar transmitida de geração em geração. Quando se destacam as dificuldades enfrentadas por esses grupos, percebe-se que elas desestabilizam uma cosmovisão

e um conjunto de valores profundamente enraizados. A precarização dos trabalhadores do mar simboliza uma tentativa clara de apagamento das tradições que os representam.

Questões relacionadas à seguridade social, à relação dos pescadores com os sindicatos dos municípios de Icatu e Humberto de Campos, bem como sua proximidade com outras entidades representativas locais, constituem aspectos relevantes para análise. Compreender a forma como esses trabalhadores se organizam para dar continuidade à prática pesqueira é fundamental para a compreensão mais ampla da atividade.

A vida desses trabalhadores, para além do exercício profissional, também merece atenção, considerando a importância de compreender como vivem aqueles que se dedicam à pesca. A observação do modo de vida desses sujeitos é essencial, uma vez que trabalho e cotidiano muitas vezes se entrelaçam, e diversos desafios presentes na atividade pesqueira também se manifestam em seus lares e rotinas.

Isso significa que, em muitos casos, se o trabalho é precário, a vida do trabalhador também é periclitante. O Brasil falha em assistir e garantir a efetivação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais, isso se revela na forma em que essas pessoas vivem em suas localidades.

Dessa forma, o objetivo geral desse trabalho é analisar os principais desafios enfrentados pelos pescadores artesanais na RESEX, mostrando a natureza específica desse trabalho. Seguido pelos objetivos específicos que buscam identificar as principais dificuldades dos pescadores, sua relação com entidades representativas e poder público local, assim como analisar o modo de vida dos pescadores e observar a percepção dos moradores sobre a unidade de conservação.

Para além dos levantamentos de natureza quantitativa, torna-se imprescindível observar em que condições estão inseridos os sujeitos que vivem da pesca, de que maneira se organizam, quais são os principais desafios enfrentados, suas aflições e a forma como percebem o próprio ofício.

A pesca é reconhecida como uma prática milenar, transmitida de geração em geração. Essa atividade tem atravessado diferentes períodos históricos, adaptando-se a cada contexto, sendo ora incentivada, ora alvo de negligência, como observa Silva (2015).

O primeiro capítulo desse trabalho se propõe em fazer uma análise teórico sobre temas que são importantes dentro do contexto dos povos tradicionais. O primeiro refere-se aos conceitos e discussões sobre unidades de conservação da natureza em território brasileiro.

Seguido da discussão sobre as reservas extrativistas; comunidades tradicionais; pesca; sociobioeconomia; maretorio; identidade; identidade e topofilia. Essa base conceitual ajudará a

elucidar temas que serão discutidos posteriormente, usando autores que são especialistas em cada um desses tópicos.

O segundo capítulo trata da caracterização da área de estudo, incluindo o histórico dos municípios abordados. Além disso, são apresentados elementos de geolocalização, com o objetivo de situar geograficamente o espaço em que ocorrem os fenômenos investigados.

Na sequência, o terceiro capítulo aborda aspectos socioeconômicos dos municípios de Icatu e Humberto de Campos, considerando indicadores como saúde, população, densidade demográfica, Produto Interno Bruto (PIB), Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e taxa de mortalidade infantil.

O último capítulo aborda os desafios identificados que os pescadores artesanais enfrentam e que foram levantados ao longo da execução desta pesquisa. Nesse espaço, são apresentados os resultados das entrevistas realizadas com pescadores artesanais na Reserva Extrativista Baía do Tubarão, permitindo uma compreensão mais aprofundada de suas vivências e percepções.

Cabe destacar que o presente trabalho é resultado do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC), referente ao ciclo 2023/2024. A pesquisa desenvolvida tem como título “No mesmo barco: a cadeia produtiva da pesca na RESEX Baía do Tubarão”.

A pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). O presente trabalho tem por objetivo observar os desafios e possibilidades dos pescadores artesanais na RESEX Baía do Tubarão.

Assim como identificar as principais fragilidades que cercam essa prática, considerando seus modos de vida, relação com as entidades representativas e com o poder público local. Seguido pela percepção e descrição dos moradores sobre a reserva extrativista, abordando o conhecimento dos moradores sobre essa unidade de conservação.

2 METODOLOGIA

Para a análise dos desafios da atividade pesqueira na Reserva Extrativista Baía do Tubarão, foi necessário realizar trabalho de campo, tendo em vista a natureza específica deste estudo, que não se limita a discussões exclusivamente bibliográficas.

O levantamento bibliográfico compreendeu teses, dissertações, livros e artigos em periódicos que abordam a temática da pesca e o modo de vida de comunidades tradicionais. O objetivo foi não apenas analisar, mas aprofundar-se no desenvolvimento dos trabalhadores do mar no Brasil, especialmente no Maranhão, na RESEX estudada, considerando as implicações dessa atividade na economia e em outros aspectos da vida cotidiana dessas comunidades.

Nesse contexto, a abordagem qualitativa mostrou-se a mais adequada para a execução do projeto, uma vez que lida com aspectos que não podem ser expressos em números. Assim, foram levantadas informações relacionadas a cosmovisões, crenças, comportamentos e demais questões subjetivas, intrínsecas a cada indivíduo e às particularidades de seu modo de vida.

Segundo Godoy (1995), a pesquisa qualitativa oferece três possibilidades de desenvolver um trabalho científico, que pode incluir o estudo documental, estudo de caso e etnografia. Dessa forma, essa abordagem oferta meios de compreender com precisão um fenômeno específico.

O objeto de estudo central deste trabalho é a pesca e os diversos aspectos que envolvem essa prática. Para tanto, o público-alvo compreende pescadores e pescadoras da RESEX Baía do Tubarão, presidentes das colônias de pesca, entidades representativas e demais moradores da localidade.

Durante os encontros com os participantes da pesquisa, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas. Para os pescadores, as questões abordaram a prática pesqueira, as formas de manejo e os apetrechos utilizados. Aos presidentes das colônias foram dirigidas perguntas relacionadas à administração, incluindo as demandas dos pescadores e a produção dos pescados. Já aos moradores da RESEX foram direcionadas questões relacionadas à convivência e à relação com a atividade pesqueira na região.

Dessa forma, o desenvolvimento desta pesquisa ocorreu por meio das seguintes etapas metodológicas:

1. Realizou-se o levantamento bibliográfico sobre o modo de vida das comunidades tradicionais no Brasil, com ênfase na vida e nos costumes dos pescadores artesanais no Maranhão. Buscou-se compreender as condições de trabalho, as principais dificuldades

enfrentadas por esses grupos e as formas de assistencialismo promovidas pelo Estado e/ou pelos municípios.

2. Aplicaram-se entrevistas semiestruturadas com pescadores e pescadoras artesanais, abordando questões relacionadas ao cotidiano desses trabalhadores. No total, foram realizadas 44 entrevistas com pescadores e moradores residentes na RESEX Baía do Tubarão (conforme demonstrado na Tabela 1).

Tabela 1 - Entrevistas realizadas em 2024 na RESEX Baía do Tubarão

Entrevistas Realizadas	
Sede do município de Humberto de Campos	09
Ilha do Gato	08
Sede do município de Icatu	06
Santa Maria	06
Ilha de Carrapatal	01

Fonte: Autoria própria, 2025.

O primeiro trabalho de campo em Icatu, realizado em janeiro de 2024, foi viabilizado graças ao projeto “Vulnerabilidade Socioambiental na Zona Costeira Maranhense: usos múltiplos, serviços ecossistêmicos e alterações climáticas”, uma parceria entre diversas universidades públicas do Brasil. Pesquisa essa coordenada pela Profa. Dra. Sueli Angelo Furlan, que tem como objetivo investigar vulnerabilidades socioambientais no litoral do Maranhão sobre financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Na ocasião, também foi realizada visita à comunidade Santa Maria, onde ocorreu uma roda de conversa com os moradores para discutir temas relacionados ao cotidiano local, como saneamento básico, educação e organização comunitária. Também foi abordado o papel das mulheres na pesca artesanal.

Ainda em 2024, no mês de fevereiro, foi realizada visita de campo ao município de Humberto de Campos. O encontro com os pescadores aconteceu na colônia do município, e o

relato do presidente da colônia foi esclarecedor, respondendo com detalhes às questões levantadas.

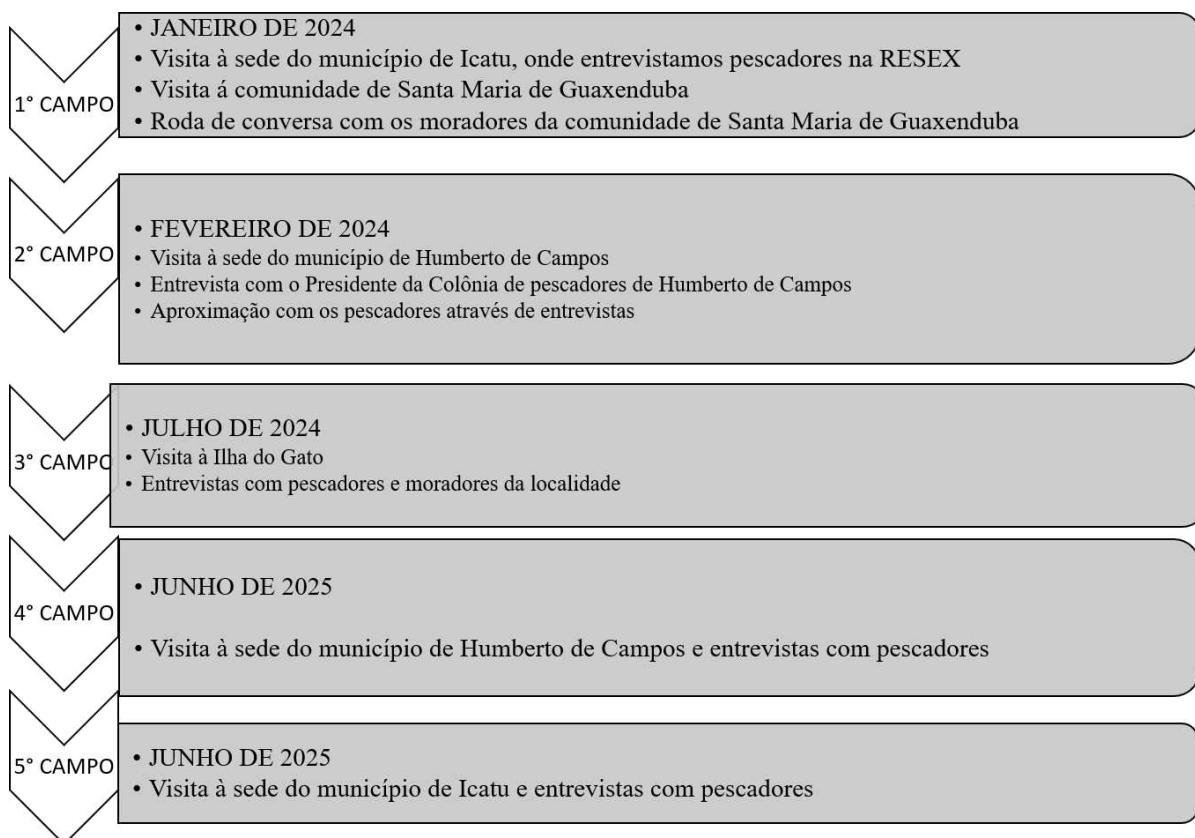
Em junho de 2025, foram realizadas novas visitas às sedes dos municípios de Humberto de Campos e Icatu, quando foram coletadas informações fornecidas pelos trabalhadores do mar nos portos e cais de ambas as localidades conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 - Entrevistas realizadas na RESEX Baía do Tubarão, 2025

Entrevistas Realizadas	
Sede do município de Humberto de Campos	09
Sede do município de Icatu	05

Fonte: Autoria própria, 2025.

Figura 01: Cronograma de atividades realizadas



Fonte: Autoria própria, 2025

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Unidade de Conservação no Brasil

Segundo Valejo (2006), a necessidade de preservação de áreas naturais remonta a períodos antigos, quando civilizações, com objetivos variados, protegiam partes da flora e da fauna, embora esses espaços ainda não fossem formalmente classificados como unidades de conservação. Tais locais funcionavam como refúgios naturais.

Ainda conforme Valejo (2006), foi somente no final do século XIX que foi instituído o primeiro parque nacional do mundo, o Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos. A partir da criação desse parque, diversos outros países, especialmente no Ocidente, passaram a adotar a prática de preservar suas áreas paisagísticas nacionais.

No entanto, o contexto de criação desses parques ocorreu de forma inadequada, uma vez que, em muitos dos territórios instituídos como parques nacionais, já habitavam populações tradicionais. Assim, esses grupos foram deslocados sem receber a assistência necessária.

O caráter estritamente preservacionista na criação dessas unidades de conservação gerou diversos conflitos entre os povos originários e a administração pública, que frequentemente desconsiderava a importância desses grupos para o equilíbrio ecológico e para a diversidade paisagística natural, conforme aponta Diegues (1999).

Após a Revolução Industrial, em um contexto marcante do capitalismo, as pessoas passaram a sentir a necessidade de escapar dos ambientes monótonos do trabalho, que consumiam grande parte do seu tempo e energia. Ao mesmo tempo, existia um anseio por estar mais próximo da natureza e afastado dos espaços urbanos.

Esse contexto criou a prerrogativa necessária para resguardar os espaços naturais, onde houvesse esse contato com a natureza. Esse era o cenário vigente e limitado da época, nos dias atuais a necessidade de conservar espaços perpassa a consciência ambiental e a simples satisfação e deleite pessoal do homem.

No Brasil, a política ambiental avançou de forma lenta até se consolidar como um conjunto legal efetivo. Isso significa que, embora o país possua um histórico de leis de proteção ambiental que remontam ao século XIX, ainda no período colonial, essa legislação não era suficiente para garantir a preservação adequada.

Conforme Albuquerque, Fonseca e Silva (2019), as transformações ocorridas mundialmente ao longo do século XX influenciaram o Brasil na tomada de decisões relacionadas às áreas protegidas. A criação do Código Florestal, por exemplo, representou um marco significativo, abrindo caminho para a instituição de parques nacionais em todo o território nacional.

O Código Florestal brasileiro foi criado em 1934, durante o regime do então presidente Getúlio Vargas, e instituiu regras gerais sobre onde e de que forma a vegetação brasileira poderia ser explorada. Ao longo do tempo, esse código passou por alterações, incorporando políticas importantes, como o crédito rural, conforme destacam Lins *et al.* (2022).

Posteriormente, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, entre as décadas de 1960 e 1970, estipulou metas para que os países se comprometessem com a preservação ambiental. Como influência desse contexto, destaca-se a criação da Lei nº 6.938, de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), seguida pela Constituição Federal de 1988.

O artigo 225 da Constituição estabelece que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Sendo assim, conforme afirma Bacho (1993), existe um documento importante que destaca a relevância da preservação ambiental. Embora breve, esse artigo representa um marco legal fundamental, servindo de base para as políticas ambientais posteriores, especialmente para a criação de unidades de conservação da natureza em território nacional.

O Decreto nº 99.274, de 1990, constitui outro instrumento essencial, pois trata diretamente das unidades de conservação da natureza. Esse decreto incorporou a criação de estações ecológicas e áreas de proteção ambiental (APA) à Política Nacional do Meio Ambiente.

Nesse período, foram criadas diversas unidades de conservação no Brasil, como a Reserva Extrativista Chico Mendes, no Acre. Vale destacar que muitas dessas políticas tiveram forte apelo popular, com ampla participação da sociedade civil nesse processo.

Tabela 3 - Número de área total das U.C's por Estado do Brasil

Estados	Unidades Federais		Unidades Estaduais		Unidades Municipais		Unidades Particulares		Total
	Nº	Área total (em ha)	Nº	Área total (em ha)	Nº	Área total (em ha)	Nº	Área total (em ha)	
Rondônia	7	2.332.672	-	-	-	-	-	-	7 2.332.672
Acre	6	2.643.731	-	-	-	-	-	-	6 2.643.731
Amazonas	30	18.073.410	3	1.883.970	-	-	-	-	33 19.957.380
Roraima	6	5.319.157	-	-	-	-	-	-	6 5.319.157
Pará	12	7.552.763	-	-	-	-	-	-	12 7.552.763
Amapá	6	2.093.213	1	111	-	-	-	-	7 2.093.324
Tocantins	2	592.312	1	-	-	-	-	-	3 592.312
Região Norte	67	38.607.258	5	1.884.081	0	0	0	0	72 40.491.339
Maranhão	3	526.650	2	703.075	-	-	-	-	5 1.229.725
Piauí	3	239.154	-	-	-	-	-	-	3 239.154
Ceará	3	45.625	3	74	-	-	-	-	6 45.699
R.G. do Norte	2	37.365	1	1.172	-	-	-	-	3 38.537
Paraíba	2	10.043	2	850	-	-	-	-	4 10.893
Pernambuco	5	17.853	40	8.287	-	-	-	-	45 26.140
Alagoas	2	10.835	3	1.747	1	82	-	-	6 12.664
Sergipe	1	2.766	-	-	-	-	1	700	2 3.466
Bahia	6	376.424	13	24.323	2	130	1	53.000	22 453.877
Região Nordeste	26	1.266.715	64	739.528	3	212	2	53.700	95 2.060.155

Fonte: Bacho, 1993.

Na tabela anterior, verificou-se a predominância de áreas de unidades de conservação de áreas de unidades de conservação da natureza na região sudeste e sul, destacando também os estados da Bahia e Pernambuco. Entretanto, Bacho (1993) afirma que a quantidade de área é maior no Maranhão e no Amazonas que detém 68% da área ocupada por unidades de conservação estadual.

Os anos seguintes foram marcados por pressões populares, especialmente provenientes de coalizões formadas por comunidades tradicionais que sentiram a necessidade de ter seus territórios resguardados, garantindo assim a preservação do ambiente e, consequentemente, a manutenção de seu modo de vida.

Nesse contexto, foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), cujo objetivo é estabelecer os critérios necessários para a criação de unidades de conservação no Brasil (Cezarini; Castro, 2022).

O referido sistema visa promover a proteção de áreas ambientais relevantes (SNUC, 2002), em razão de suas características naturais, paisagísticas e biológicas, além de assegurar a

integridade dessas áreas para a realização de pesquisas científicas, como é o caso das Reservas Biológicas (REBIO).

De modo geral, existem duas perspectivas para compreender as unidades de conservação: a perspectiva biológica, que enfatiza a preservação necessária das espécies, ecossistemas, fauna e flora; e a perspectiva social, que destaca a relação intrínseca entre o ser humano e o ambiente.

Essas duas perspectivas devem ser consideradas na instituição de uma unidade de conservação. Outro desafio reside nas políticas públicas que viabilizam a criação de novas unidades de conservação e a manutenção das já existentes.

As ações, ou a ausência delas, por parte do poder público impactam diretamente as populações tradicionais, que veem seu modo de vida ameaçado, assim como a integridade natural dos territórios, que dependem da criação ou da continuidade das unidades de conservação.

De forma geral, o Brasil apresentou avanços significativos na instituição dessas unidades, mas enfrenta falhas na gestão das que já estão em funcionamento.

3.2 RESEX

O Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC, 2000), traz a seguinte definição para reserva extrativista “§ 1º A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.”

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) está dividido em dois grupos que agrupam as unidades de conservação: as unidades de uso sustentável e as de proteção integral. As Reservas Extrativistas (RESEX) pertencem ao grupo de uso sustentável, o que permite a compatibilização da participação das comunidades tradicionais, desde que seja garantida a preservação dos recursos naturais.

Essas áreas são concedidas, majoritariamente, a populações que dependem do extrativismo como forma de subsistência e a comunidades tradicionais, viabilizando a realização de suas atividades de extração de recursos naturais de maneira sustentável. Vale destacar que essa categoria de unidade de conservação adota um modelo de gestão que integra

os moradores da localidade, permitindo que eles deliberem sobre as questões inerentes ao território (Brasil, 2000).

Quanto ao histórico dessa categoria específica de unidade de conservação, Menezes, Siena e Rodríguez (2011, p. 461) comentam o seguinte:

As Reservas Extrativistas (RESEXs) constituem uma categoria de Unidade de Conservação da Natureza, criada inicialmente no Estado do Acre, para a manutenção de comunidades de seringueiros e de áreas florestais ocupadas tradicionalmente por elas. Esse novo modelo de ocupação da terra foi inspirado nas Terras Indígenas, concebido no interior do movimento seringueiro, com forte influência de Chico Mendes.

As Reservas Extrativistas (RESEX) são uma criação exclusivamente brasileira, ou seja, essa categoria de unidade de conservação existe apenas no território do Brasil. Embora em outros países possam existir modelos que se assemelhem às reservas extrativistas, essa forma específica de gestão territorial foi desenvolvida para atender às necessidades das populações extrativistas do contexto brasileiro (Pimentel, 2019).

Um aspecto fundamental que distingue as RESEX das demais unidades de conservação está justamente na forma como foram criadas. Esse modelo surgiu para mitigar os impactos ambientais que ameaçavam a continuidade das atividades extrativistas, inicialmente no Estado do Acre.

Alegretti (2008) ressalta que, no momento em que esse modelo de unidade de conservação foi concebido, havia uma articulação entre órgãos fiscalizadores, entidades representativas e populações locais. O Brasil vivia, à época, um momento de grande mobilização em torno das questões ambientais, impulsionado por movimentos liderados por Chico Mendes.

Sobre esse contexto, Pimentel (2019, p. 461) faz a seguinte colocação:

A criação das RESEXs contou também com a mobilização das comunidades habitantes das florestas amazônicas, as quais, entre outras, englobam extrativistas, ribeirinhos e indígenas, enfim, os “povos da floresta”, que constituíram famílias na região ao longo dos séculos e décadas passadas. O processo de criação das RESEXs obteve o apoio de intelectuais e de organizações não governamentais (ONGs) nacionais e internacionais.

Desse modo, o apelo popular e da sociedade civil está na origem das Reservas Extrativistas (RESEX) como unidades de conservação voltadas à proteção do modo de vida das populações tradicionais, bem como dos recursos naturais essenciais à sua existência social. A

mobilização em defesa dessa garantia evidencia um país sensibilizado tanto pelas demandas ambientais globais quanto pelas necessidades locais.

Foi a partir dessa mobilização que se instituiu, em 1990, a primeira reserva extrativista do Brasil: a Reserva Extrativista Chico Mendes. Inspirada na trajetória do ativista ambiental e seringueiro acreano Chico Mendes, assassinado dois anos antes, a criação dessa unidade representou um marco e abriu caminho para a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) como um instrumento fundamental para a instituição e gestão de áreas protegidas no país.

Para que uma área seja considerada como Reserva Extrativista (RESEX), é necessário que atenda a determinados critérios exigidos pelo poder público. Inicialmente, realiza-se um estudo técnico conduzido por um agente vinculado a um órgão ambiental competente, com o objetivo de analisar a viabilidade da instituição da área como uma unidade de conservação. Caso o resultado desse estudo seja favorável, têm início os trâmites administrativos necessários à criação da unidade (Fadigas; Garcia, 2010).

Na sequência, ocorre a etapa do diálogo participativo entre o órgão ambiental responsável e a população local. Nesse momento, realiza-se a chamada pública dos moradores, ocasião em que os mesmos são convidados a expressar seus desejos, preocupações e expectativas em relação à criação da unidade de conservação. Essa fase também contempla o esclarecimento de eventuais dúvidas, sempre com base no princípio da informação e da participação ativa dos residentes da área em questão (Fadigas; Garcia, 2010), conforme exemplificado no quadro 1 a seguir.

Quadro 1 - Etapas de criação de uma U.C



Fonte: Fadigas; Garcia, 2010.

Percebe-se que, após a criação do SNUC, tornou-se relativamente fácil a instituição de territórios habitados por populações tradicionais em reservas extrativistas, ainda que esse processo seja, em muitos casos demorado e extremamente burocrático que envolve princípios como a escuta e esclarecimentos (Ferreira; Ferreira, 2024).

Ainda assim, existem muitos desafios enfrentados, como por exemplo, o fato de grande parte das reservas extrativistas não possuírem planos de manejos, que são documentos fundamentais para a gestão dessas áreas, onde são estabelecidos critérios normativos e o manejo adequado dos recursos naturais (Brasil, 2000).

As figuras 2 e 3 a seguir mostram alguns dos desafios das unidades de conservação.

Figura 2 - Número de reservas extrativistas federais com pano de manejo

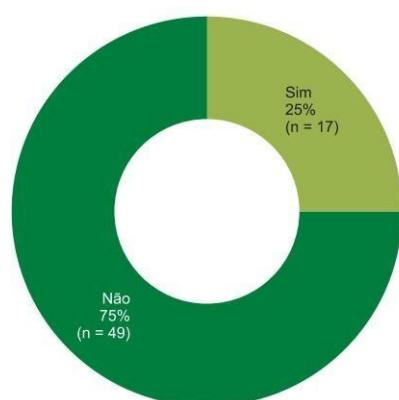


Figura 1. Número total de reservas extrativistas federais com plano de manejo: 17 (25%) em um total de 66 unidades.

Fonte: Brasil (2020).

Fonte: Ferreira; Ferreira, 2024.

Figura 3 - Número total de reservas extrativistas estaduais com plano de manejo

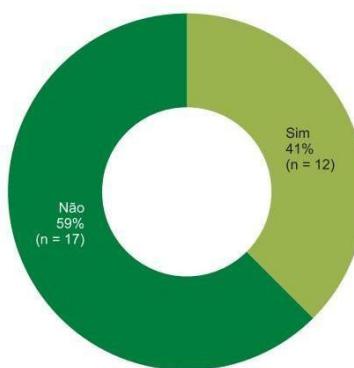


Figura 2. Número total de reservas extrativistas estaduais com plano de manejo: 12 (41%) em um total de 29 unidades.

Fonte: Brasil (2020).

Figura 1 Número total de reservas extrativistas estaduais com plano de manejo

Fonte: Ferreira; Ferreira, 2024.

Como exposto no gráfico acima, existe um grande déficit na criação dos planos de manejo, fato esse que pode ocorrer em deterioração dos recursos naturais e deficiência da gestão da RESEX. Esse ponto demonstra uma contradição absurda, uma vez que o propósito dessa UC é garantir o uso sustentável dos recursos biológicos de modo a garantir o modo de vida das comunidades.

3.3 SOCIOBIOECONOMIA: saberes locais e práticas sustentáveis

Dentro da lógica ocidental, principalmente nos sistemas de produções capitalista, historicamente não houve a mínima preocupação com questões que envolvessem o meio ambiente. Fato esse curioso, pois a natureza fornecia e ainda fornece os mecanismos necessários para impulsionar os diversos setores produtivos que alimentam a economia global.

É certo que os povos tradicionais têm seu estilo próprio de compreender o mundo e todos os seus aspectos circundantes. Não seria possível transpor a lógica capitalista ocidental para o céo das comunidades tradicionais, pois a forma como essas pessoas lidam com as relações de consumo é estritamente marcada pela troca e subsistência interna (Diegues, 1999).

Considerando o contexto de devastação ambiental em nome de um suposto desenvolvimento econômico e considerando ainda a relação simbiótica que os povos originários possuem com o ambiente, chega-se a era da sociobioeconomia, onde as populações tradicionais e empreendedores sociais executam suas atividades econômicas com o menor impacto ambiental possível.

Toledo (2000), destaca que existe um conjunto de valores subjetivos que norteiam a forma como as comunidades tradicionais se relacionam com a natureza. Esse padrão de comportamento se daria através do Kosmos (2006), que aponta para o sistema de crenças e cosmovisão, ou seja, a relação espiritual, por exemplo, influencia diretamente no seu contato com a natureza.

Seguido do conceito de *corpus*, que se refere ao sistema cognitivo capaz de integrar o espiritual e o material, bem como às obras direcionadas a cada sujeito, destaca-se também a *práxis*, compreendida como as práticas exercidas pelas populações locais. Esse entendimento abrange não apenas aspectos ambientais, mas também sociais, espirituais e atividades como a produção econômica.

Nesse sentido, como afirma Miranda (2023) ao considerar a importância de um sistema produtivo pautado no respeito ao meio ambiente, considerando os saberes ancestrais que, muito agregariam nas resoluções de problemas atuais. Vale lembrar que esses saberes e práticas foram excluídos, pois, a totalidade do ser tradicional não foi incorporada nos paradigmas da economia contemporânea.

Miranda (2023) faz a seguinte afirmação:

Os conhecimentos Indígenas além de fornecer contribuições de sustentabilidade, para problemas, como aquecimento global, manutenção das florestas, redução de emissão de carbono, podem impulsionar uma economia sustentável, pois a sabedoria local e o conhecimento Indígena contêm características valiosas, raras e difíceis de imitar

Dessa forma, observa-se, possivelmente, o crescimento de um novo paradigma econômico pautado em práticas sustentáveis e na integração dos saberes tradicionais. Considerando os poucos, ou até mesmo inexistentes, recursos tecnológicos disponíveis às populações originárias, a inserção de tecnologia e inovação como forma de potencializar seus conhecimentos poderia transformar significativamente o entendimento vigente sobre produção sustentável, conduzindo a sociedade à adoção de mecanismos voltados ao desenvolvimento limpo (Cenamo, 2004).

No âmbito ambiental, o fortalecimento da sociobioeconomia, somado ao Empreendedorismo de Base Comunitária (EBC), tem potencial de reduzir os impactos ambientais vigentes, uma vez que a forma de produzir seguiria padrões climáticos, geoquímicos e ecológicos que são marcantes entre os povos originários (Brandão; Arieira; Nobre, 2014).

No que se refere à dimensão social, Miranda (2023) propõe uma abordagem voltada à inclusão dos povos tradicionais na esfera econômica, o que implicaria na geração de renda e na redução da mão de obra precária. Tal inclusão pressupõe o incentivo às suas atividades econômicas por meio de projetos voltados à tecnologia e à inovação, promovendo, assim, melhorias na qualidade de vida e atenuando alguns dos desafios socioeconômicos enfrentados por essas populações.

A bioeconomia abrangeia também o aspecto cultural das populações tradicionais, fato esse que serviria como um difusor dos hábitos e costumes identitários desses sujeitos, uma vez que grande parte da sua produção, advém também de eventos que manifestam as práticas culturais daquele território.

Destaca-se ainda a nova roupagem que o turismo pode ganhar a partir desse paradigma. As conotações ambientais alcançariam também esse setor, o mesmo é importante pois, nas

últimas décadas, o turismo tem sido um movimento que tem causado prejuízo ecológicos a natureza (Candiotto, 2011).

3.4 COMUNIDADES TRADICIONAIS: conceitos

Para melhor compreensão do foco da pesquisa, é necessário, antes de tudo, compreender a noção de comunidade tradicional, da qual os pescadores fazem parte e na qual desenvolvem suas atividades. Essa compreensão permite reconhecer os diversos conceitos que buscam categorizar grupos sociais e seus modos de vida considerados tradicionais. Nesse sentido, a literatura apresenta uma vasta gama de autores que abordam essa temática sob diferentes perspectivas e enfoques teóricos.

Diegues (1989), a partir de uma perspectiva marxista, comprehende os povos tradicionais com base em sua forma específica de organização econômica no espaço. Esses grupos sociais se estruturam a partir de modos de produção pré-capitalistas. Os territórios por eles habitados são marcados por um estilo de vida simples, porém altamente organizado. A ausência de um sistema capitalista operante nessas comunidades não deve ser interpretada como um sinal de atraso; ao contrário, revela formas próprias de organização econômica e social que se mostram suficientes e coerentes com suas realidades e valores.

Alguns aspectos inerentes para identificação de comunidades tradicionais, são, segundo Diegues (1989):

- a) dependência frequente, por uma relação de simbiose entre a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis com os quais se contrai um modo de vida.
- b) pelo conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido por oralidade de geração em geração.
- c) pela noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente
- d) pela moradia e ocupação por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado à terra de seus antepassados Diegues (1989, p. 20).

Todas as dinâmicas dos povos tradicionais, nesse sentido, culminam na sua intrínseca relação com o território e consequentemente com ambiente em que estão inseridos, assim, pode-se destacar a necessidade dos recursos naturais para esses grupos, uma vez que sua relação com natureza não tem fim na economia, como geração de riqueza (Diegues, 1989), para muito além disso, a natureza denota a identidade da comunidade.

As árvores e os rios representam o mito e o sagrado. As dinâmicas da natureza são frequentemente interpretadas como expressões do etéreo. Por isso, esses povos sentem a necessidade de proteger o ambiente, pois ele oferece os meios de subsistência. Dessa forma, a depredação do meio natural significa a profanação da representação do divino.

Ainda abordando aspectos relativos às comunidades tradicionais, Diegues (1999, p.10) afirma:

Um aspecto relevante na definição dessa cultura tradicional é a existência de sistema de manejo dos recursos marcados pelo respeito aos ciclos naturais, e pela sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizados.

A partir dessa perspectiva, da relação inerente dos grupos tradicionais com a natureza, Toledo (2001) trabalha com a ideia de conservacionismo a partir do baixo impacto ambiental que essas populações causam, enaltecendo a importância dessas populações para a manutenção da biodiversidade.

A biodiversidade está relacionada à noção de conservação. Nesse sentido, são exemplificadas as áreas consideradas megadiversas (Toledo, 2001), e cunhado o termo ecorregiões, que se refere a regiões do planeta muito ricas em biodiversidade. O que essas áreas têm em comum é que grande parte delas é habitada por comunidades tradicionais, reforçando a hipótese da participação direta desses grupos na conservação da natureza.

Tal atividade remonta à ideia de etnoecologia (Vallejo ,2019) ao observar os comportamentos desses grupos e seus conhecimentos sobre o ambiente, podem-se entender e aprender a cuidar da natureza, já que eles realizam essa prática de forma ancestral.

Ainda sobre a relação ancestral com a natureza, Toledo (2010, p. 05) diz: “Para isso, podemos entender a relação dos povos tradicionais a partir de quatro pilares. Cosmos, que é o sistema de crenças e cosmovisão do grupo; Corpus, que trata do repertório de sistemas cognitivos e Práxis, relativa ao conjunto de práticas exercidas pela comunidade.”

É nítida a importância dos povos tradicionais para o equilíbrio dos recursos naturais, já que suas atividades são de baixo impacto ambiental. Entretanto, muito desses povos vivem em algum tipo de categoria de unidade de conservação. Quanto a isso Almeida e Rezende (2021) alegam haver contradições do Estado Brasileiro nesse tocante, sobre a reservas extrativistas, expondo a conivência do Estado na execução de contradições e desrespeito para com os povos tradicionais.

Os órgãos federais de fiscalização adotaram uma postura frouxa, que reitera o descaso com algumas unidades de conservação, ao criar conflitos entre tais populações. Conflitos esses que são ocasionados devido a identificação Almeida e Rezende (2021) que recaem sobre eles gerando divisões e facções nos grupos.

Em todos esses casos, a legislação favorece situações como essas ao permitir, por exemplo, a expulsão de povos tradicionais quando unidades de conservação são criadas sem considerar a ancestralidade presente nessas terras. Muitos desses povos são tratados como invasores em seus próprios territórios, e o próprio Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), por meio de brechas em seus artigos, possibilita que mais violações como essas continuem ocorrendo.

Na ciência geográfica, a categoria território é de fundamental importância para a compreensão dos grupos tradicionais. Brandão e Leal (2020, p. 03) definem comunidades tradicionais como sendo “Grupos que ali estavam quando outros grupos humanos, populares ou não, ali chegaram e ali estabeleceram.”, o território é o ponto de partida para entender a dinâmica que permeia a práxis dos grupos, diferente da ideia de Diegues (1999), que considera, sobretudo, as atividades dessas populações.

Sendo assim, a categoria território é importante norteador para compreensão das comunidades tradicionais. Para Santos (2005) o território é definido pelas práticas e significados atribuídos a ele. Assim como as fronteiras, tidas como ideológicas, em que os grupos se separam por um conflito identitário relacionado diretamente com as dinâmicas envolvendo o território já constituído de práxis norteadoras que causam estranhamento para os demais.

Indo na contramão de Diegues (2000) que fazem sistematização desses grupos de forma oposta, Brandão e Leal (2020, p. 10) afirmam que:

Assim, em muitas situações presentes, uma comunidade tradicional não se reconhece como tal apenas por serem e os seus modos de vida diferenciados do ponto de vista cultural, como grifamos na conceituação de Diegues e Arruda, mas, também, por haver no decorrer dos tempos, criado, vivido e transformado padrões de cultura e modo de vida em que a luta, o sofrimento, a ameaça e resistência estão cerne da memória.

Foram apresentadas diferentes perspectivas sobre comunidades tradicionais, mas todas convergem para um mesmo entendimento: a forma de vida dessas populações, no interior das florestas, sejam ou não localizadas em unidades de conservação, contribui para o equilíbrio natural, devido às práticas sustentáveis e de baixo impacto ambiental. Diegues (1999, p. 20)

ressalta que “é fundamental compreender os comportamentos ancestrais de baixo impacto ambiental, para que sejam aplicados e validados pela ciência moderna, a fim de mitigar os efeitos catastróficos que o modo de vida ocidental, inserido no capitalismo, causou à natureza.”

Compreender as comunidades tradicionais, respeitar o modo de vida desses grupos e implementar políticas públicas eficazes configuram alternativas viáveis para a perpetuação da cultura e da existência dessas populações, permitindo que se aprenda e pratique ações benéficas ao meio ambiente.

3.5 Pesca

Segundo Reis (2019), é necessário que haja a compreensão do fenômeno histórico da pesca em nível nacional, uma vez que a atividade pesqueira no Brasil foi se modificando com o passar do tempo, através de práticas específicas exercidas por populações tradicionais. Ora, ainda que alcançada por transformações temporais, a base histórica continua a mesma que norteou a pesca em todo território brasileiro.

Para Diegues (1999), a pesca no Brasil, de um ponto de vista sócio-histórico, tem exercido forte influência sobre o comportamento humano e nas dinâmicas territoriais, dada a continuidade dessa prática através dos séculos. Esse fenômeno tem despertado, sobretudo, o olhar das ciências sociais.

Ainda segundo Diegues (1999) a pesca, historicamente, não permaneceu de forma linear, obviamente, acompanhando o contexto de cada época, foi sendo ressignificada. A pesca inicialmente praticada pelos indígenas tinha caráter de subsistência e consumo próprio entre os seus, evidenciando a natureza pouco mercantilizada sobre os pescadores.

Para Ramalho (2006), a pesca foi de fundamental importância para o abastecimento de alimentos no Brasil Colônia, enquanto os índios e escravizados viviam sob o jugo português, essa prática foi se tornando ainda mais intensa com o passar do tempo, ao passo que, através da pesca muitos escravizados puderam comprar suas cartas de alforrias.

Tal autonomia é vista também na revolta da categoria contra o arrendamento de arrecifes para exercício da pesca. O arrendamento figurou em um momento importante na historicidade da pesca, onde os pescadores pagavam aos donos dos sítios e currais de pesca. A revolta também expõe Ramalho (2006) a flagela situação vivida na tensa relação entre pescadores e proprietários de terra, culminando na interferência do Estado, favorecendo a categoria de pescadores.

Os pescadores artesanais embarcados são sujeitos sócio-históricos que se apropriaram de maneira bastante peculiar de um recurso ecológico, particular por ter seu uso livre e por sofrer mudanças ambientais-por meio de suas práticas produtivas e simbólicas, cuja organização se dá a base da experiência e de um conhecimento no transcurso da vida e que tem na esfera do trabalho sua essência (Ramalho, 2006).

Pode-se perceber, dessa forma, a aproximação dos pescadores com outras classes trabalhadoras populares, sem, contudo, perderem seu diferencial: o ambiente de trabalho e as práticas específicas que sustentam a singularidade desse ofício. Assim, formam um coletivo de sujeitos históricos ativos e participativos no arranjo produtivo da pesca e na preservação da cultura tradicional.

Partindo da relação entre o Estado Brasileiro e a efetiva promoção de políticas públicas para a pesca, sobretudo para a pesca artesanal, Silva (2015) aborda a historicidade da pesca no país seguindo as contínuas e descontínuas (também contraditória) ações do governo brasileiro que destacaram a atividade pesqueira.

Entre os anos de 1912 e 1960, a autora destaca condutas que partiram do governo, como forma de amparar essa classe que até então encontrava-se marginalizada e para promover a pesca no país, que como dito anteriormente, foi de grande valor para o abastecimento de alimentos no país. Considerando também o contexto desenvolvimentista urbano da época, Silva (2015) encontra na pesca o meio para que se alcance o tal desenvolvimento.

Essa estrutura fica evidente com o fenômeno envolvendo a criação de inúmeras colônias de pescadores em grande parte do Brasil, um saldo positivo para a classe de pescadores, uma vez que o Estado passa a ter maior controle sobre os seus arranjos produtivos. Através dessa forma de organização a partir das colônias, simplifica o diálogo dessa categoria com o governo e ele fica ciente de suas fragilidades, faltas e desafios.

Silva (2015, p. 29) ainda sobre o período, destacando a natureza política exercida sobre a pesca no Brasil diz que:

Nos anos 1920, nota-se maior estruturação política, pois, além da criação das colônias administradas pela marinha, cria-se também o estatuto da colônia e mais duas outras entidades: a confederação nacional e as federações de pescadores, de âmbito estadual, às quais as colônias ficaram subordinadas, e as federações estaduais, subordinadas à confederação nacional, também criada pela marinha.

Nas décadas seguintes, observou-se uma intensa mobilização do Estado com o objetivo de institucionalizar a pesca e seus sujeitos, reconhecendo a importância dessa atividade para a economia do país e seu papel fundamental na subsistência da população. Esse processo inclui a criação do Conselho de Desenvolvimento da Pesca (CODEPE) e da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) na década de 1960, culminando com a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura em 2009.

Todas as abordagens estatais voltadas para o setor visavam o investimento em apetrechos de pesca, de modo a tornar a atividade mais tecnológica possível e houve também a preocupação com o pescador, sujeito vulnerável e exposto às intempéries da atividade marítima.

Uma conquista significativa foi o estabelecimento do seguro defeso pelo Decreto nº 8.424, de 31 de março de 2015 Brasil (2015), quando os pescadores têm suas atividades suspensas respeitando o ciclo reprodutivo das espécies definido pelo Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Nesse período, em que não pode haver a prática extrativista, considerando que há um impacto na renda dos pescadores, o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), administrado pelo ministério da economia, garante o direito ao Seguro Defeso aos pescadores artesanais.

Ramalho (2006) ao observar a lógica de trabalho dos pescadores, percebeu a disparidade diante dos demais trabalhadores, considerando a lógica de trabalho ocidental, regida ainda pelas normativas da revolução industrial, que põe em diálogo a necessidade do trabalho na vida do indivíduo nos momentos de crise de modo a reduzir todas as atuações trabalhistas à lógica industrial.

O trabalho, de modo geral para Ramalho (2006) é uma necessidade interna que exprime externamente, a partir de uma causa e finalidade. Com os pescadores artesanais essa lógica se dá através da relação com a natureza. Os recursos naturais geram os efeitos, enquanto o contexto socioeconômico e a noção intrínseca são a causa.

3.6 Maretório

Historicamente, o mar sempre fez parte do imaginário e da vivência do ser humano. O desenrolar da história humana se desenvolveu no grande cenário oceânico. Inicialmente, o mar, chamado pelos gregos de “o grande rio”, estava repleto de mitos e lendas.

Diegues (1995) expõe a relação simbiótica entre o homem e o mar, uma conexão que se manifestou de formas diversas ao longo do tempo. Inicialmente, o mar era visto como um

grande rio desconhecido, associado ao início e ao término da vida, enriquecido por relatos de criaturas místicas narradas por desbravadores que o atravessavam.

Essa construção no imaginário coletivo da época, contribuiu para o fortalecimento do ideal místico e lendário a qual recaia sobre o território marítimo. Isso se muito fortemente através das tradições escritas. Os cânticos, baladas e poesias eram embalados como uma ode aos mistérios contidos no mar

Na tradição judaico-cristã, o mar assume uma conotação figurada e espiritual. Um exemplo emblemático é o episódio em que Jesus Cristo anda sobre o mar da Galileia, enquanto seus discípulos se encontram amedrontados e temerosos diante da fúria das ondas. Essa passagem representa uma clara metáfora da morte, em que o mar simboliza um elemento desafiador e misterioso, capaz de causar a aniquilação do sujeito.

Dessa forma, o mar, que antes era um elemento místico, tornou-se conhecido e explorado, servindo como conexão entre várias partes do mundo. Vale lembrar que foi por via marítima que tiveram início as grandes navegações, culminando na era colonial, período em que as nações desenvolvidas subjugaram, por séculos, os países distantes.

Foi por via marítima também que ocorreu um dos eventos mais trágicos da história humana. O sequestro de pessoas escravizadas da África, destinadas a países com sistemas econômicos pautados na mão de obra escravista, teve início com os navios negreiros que cruzavam o Atlântico, transportando seres humanos prestes a serem vendidos como mercadorias.

Assim, fica nítida a plena relação do homem com o mar e as suas várias modificações de uso ao longo da história. Essa simbiose quase uterina deu início a diversos estudos, principalmente nas ciências sociais sobre esse tocante (Diegues, 1994)

Para as comunidades de pescadores, esse elo é ainda mais categórico, pois existe um conjunto de práticas que revelam uma aproximação visceral com o mar. Essa relação se manifesta quando os pescadores se preparam para adentrar esse território, tratando-o como um elemento espiritual que merece devoção e gratidão.

Um termo muito particular que envolve as comunidades costeiras e que são influenciadas pela maré e o maretório. Diante da simbologia que reside na prática pesqueira, essa terminologia refere-se a intrínseca relação que as comunidades de pescadores têm com o mar.

A intensificação da pesca como principal prática de subsistência e manifestação cultural, faz com que o mar se torne um elemento totalmente integrado à vida do sujeito pescador. Da

mesma forma que as quebradeiras de coco têm uma relação simbiótica com o babaçu, o mar se torna um território que abriga toda essa prática que é tão específica e complexa.

Cordell (2000) aborda a apropriação social marítima, referindo-se à forma de apropriação que foge dos padrões jurídicos e legais estabelecidos, e que pescadores e moradores das áreas costeiras criam para si mesmos. Considerando que esses grupos estão em plena atividade econômica e usufruem dos benefícios do mar, os próprios praticantes delimitam seus territórios de maneira autônoma. Esse fato evidencia a proximidade da relação desses sujeitos com o mar, além de demonstrar o elevado nível de apropriação e domínio que exercem sobre esse ambiente.

Essa apropriação social pouco convencional no restante dos grandes centros urbanos, mas muito comum em comunidades de pescadores do ocidente, são muito bem organizadas entre si, revelando o padrão de manejo e a forma tradicional de se apoderarem da região costeira.

Esse sistema parece ambíguo, uma vez que revela pontos negativos e positivos. Os trabalhadores do mar, ao realizarem esse tipo de re-mapeamento, ignoram seus limites econômicos, o que, em muitos casos, pode ocasionar em escassez de espécies e violação de ciclos biológicos básicos da produção de pescados.

Cordel (2000, p. 07) faz a seguinte afirmação:

As comunidades de pescadores marcam as paisagens marinhas com sua história, mitos e lendas e dividem e atribuem direitos nas águas costeiras, da mesma maneira que florestas e propriedades de uso comum são possuídas coletivamente em terra. Essas práticas de propriedade de factoformas pelas quais os pescadores percebem, nomeiam, dividem, ocupam e defendem seus locais de pesca, aparecem numa escala e numa diversidade não descrita nos trabalhos anteriores sobre a lei do mar e das pescarias costeiras

Dessa forma, podemos entender os mitos, as crenças e todos os demais costumes como importantes marcadores geográficos que geo-referenciam, de forma subjetiva as áreas costeiras pelos próprios pescadores, que, em muitos casos o fazem como forma de proteger o território marítimo da atuação de outros pescadores.

Segundo Pimentel (2019) o termo maretório surge como uma forma de validação da identidade dos povos tradicionais, uma vez que esse conceito engloba a totalidade da sua particular forma de viver no mundo, sobretudo nos ambientes costeiros. (Pimentel, p. 202, 2019) faz a seguinte afirmação:

[...]por isso, não tem fronteiras fixas, já que é um conceito que representa a mobilidade de uma coletividade pela zona costeira. Pode-se também compreender que há uma expressão de poder como dominação, quer seja na demarcação dos espaços de extração de caranguejo dentro do manguezal, quer seja na reivindicação de políticas públicas específicas para esse grupo nos fóruns nacionais e internacionais. Certamente, há ainda que se refletir sobre o conceito.

Nas ciências geográficas o sentido de maretorio fica muito claro, pois aponta para os limites subjetivos criados pelos sujeitos na tentativa de resguardar o território habitado por eles, derivando da noção de território e territorialidade, conceitos que revelam a dominação do espaço geográfico de forma política (Haesbaert, 2011).

Para além do conceito em si, existe a realidade que promove a mobilidade desse conceito. Os aspectos espirituais, sociais e ambientais fornecem a circulação das bases do que podemos afirmar ser constituintes de um maretorio. A unidade entre os três pontos citados acima, são de extrema importância dentro do maretorio, pois viabilizam o aspecto relacional nas comunidades tradicionais.

Ao afirmar essa teoria, (Lima; Nascimento; Leiva, 2024) sugerem que o aspecto relacional, a forma como os sujeitos se relaciona entre si, perpassam pelos aspectos teóricos do conceito de maretório até se expressar na realidade. Isso quer dizer que, a solidariedade e mutualidade são características marcantes nas comunidades tradicionais.

Isso se da pela forte relação com o maretório habitado e sua dominação desse espaço, ocasionando em uma simbiótica vivência com os recursos naturais e emanando para com os seus pares, consistindo em uma coexistência saudável e harmoniosa, onde fica claro o fato de que um sempre precisara da ajuda do outro.

Sobre mutualidade, (Lima; Nascimento; Leiva, pg 75, 2024) dizem o seguinte:

Entendemos “mutualidade” como uma relação de interdependência ou ecodependência, cuidado e colaboração entre grupos humanos e a natureza. Seguindo a concepção ontológica de natureza e cultura [...]na qual não há uma separação entre natureza e cultura, buscamos transcender visões eurocêntricas e universalizantes. Essa perspectiva reconhece a interconexão entre humanos, não humanos e o ambiente natural, como observado no contexto dos “maretórios”, em que as dinâmicas socioambientais estão intrinsecamente ligadas aos modos de viver e de sentir dos povos extrativistas costeiros e marinhos.

Fica nítida a importância que o ambiente costeiro tem para as comunidades de pescadores artesanais, uma vez que esse espaço constitui o seu espaço laboral e também cenário de suas lutas e vitórias diárias. Tão necessário que o termo maretório é o mais adequado para se referir aos povos que vivem nesses ambientes com todas as simbologias, crenças e costumes que demarcam os limites territoriais do grande mundo que e suas vidas.

O geógrafo norte-americano Yi-fu Tuan, o maior expoente da geografia humanístico cultural, discorre sobre o assunto de forma a atravessar as mais variadas esferas humanas, desde a cultura á psicologia, destacando os aspectos subjetivos do ser humano frente a natureza. A constituição dessa relação transpassa o mundo real e atinge dimensões simbólicas, como o autor afirma (Cisoto, 2012).

3.7 Topofilia

A topofilia merece atenção especial neste trabalho, pois aborda a relação entre os seres humanos e a natureza, assim como seus complexos entrelaçamentos. Esse tema carece de análise aprofundada, já que, em primeiro lugar, trata da conexão íntima que o ser humano mantém com o meio natural, e, em segundo lugar, evidencia claramente a dinâmica relacional dos povos originários com seus territórios. Fica evidente, portanto, o elo comum que une a todos os seres humanos: a natureza e a forma singular como cada grupo a vivencia e interage com ela (Diegues, 1999).

O geógrafo norte-americano Yi-fu Tuan, considerado o principal representante da geografia humanística cultural, aborda esse tema abrangendo diversas dimensões da experiência humana, que vão desde a cultura até a psicologia. Ele ressalta a importância dos aspectos subjetivos na relação do ser humano com a natureza. Para Tuan, essa conexão ultrapassa o âmbito concreto do mundo físico, alcançando também dimensões simbólicas, conforme destacado por Cisoto (2012).

Tuan (1980, p. 05) traz a seguinte definição para o que é topofilia: “Topofilia é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal, a topofilia é o tema persistente deste livro.” Sendo assim, existem importantes interações não materiais que perpassam a forma como o ser humano se relaciona com o espaço.

Yi-fu Tuan critica os esforços (ou ausência dele) da ciência ocidental, que se julga necessária, mas não trabalha com a possibilidade dos afetos, sejam eles medo ou esperança serem parte importante na interação do homem e consequentemente, na forma como esse sujeito lida com as questões do espaço.

Tuan (1980, p. 02), afirma o seguinte:

[...] Nenhuma dessas abordagens se preocupa diretamente com a formação de atitudes e valores. Ambientes perigosos e ambientes que são suficientemente ruins a ponto de comprometer a saúde requerem ação Imediata; as questões de atitudes e valores

parecem irrelevantes. O cientista e o teórico, por seu lado, tentam descuidar a diversidade e a subjetividade humanas porque a tarefa de estabelecer ligações do mundo não-humano já é enormemente complexa. Entretanto, numa visão mais ampla sabemos que as atitudes e crenças não podem ser excluídas nem mesmo da abordagem prática, pois é prático reconhecer as paixões humanas em qualquer cálculo ambiental; elas não podem ser excluídas da abordagem teórica porque o homem é, de fato, o dominante ecológico e o seu comportamento deve ser compreendido em profundidade, e não simplesmente mapeado.

A percepção ambiental, ligada aos diversos estímulos psicológicos, possibilita compreender a influência que os ambientes exercem sobre o imaginário dos indivíduos que os habitam. Em outras palavras, as paisagens naturais atuam frequentemente como formadoras da visão de mundo do sujeito, abrangendo tanto aspectos terrenos quanto espirituais.

A ligação humana com a natureza demonstra a fragilidade diante do mundo, nesse caso o meio ambiente serviriam como refúgio, uma vez que o mesmo oferta os mecanismos necessários para nossa sobrevivência. O resultado disso, foi a perpetuação quase que intrauterina do sujeito como o ambiente.

Os ambientes costeiros, onde estão localizadas as comunidades de pescadores, refletem essa simbiose homem-natureza, embora sejam lugares em que os padrões socioeconômicos sejam desprovidos de riqueza no sentido monetário, as pessoas continuam exercendo essa prática milenar, indicando que há um apreço pela tradição, um valor simbólico que ultrapassa as barreiras da lógica econômica (Yi-fu Tuan, 1980).

Segundo Tuan (1980, p. 133), sobre as comunidades pesqueiras reitera o seguinte “[...] No mundo moderno as comunidades pesqueiras, de modo geral, são pobres quando comparadas com comunidades. No interior; e se elas suportam este modo de viver, não é tanto pela recompensa econômica, senão pelas satisfações obtidas deste estilo de vida ancestral e tradicional.”

A sensação de ser estar no mundo através de uma prática que valida sua identidade serve como propulsor da atividade pesqueira, que muito está atrelado a forma como os pescadores associam suas vidas com as dinâmicas da natureza (Mealeau-Ponty, 1994).

Santos (2015), sobre a fenomenologia do espaço, referente a percepção do individuo sobre o espaço e suas experiências, indo além da simples caracterização e descrição desse mesmo espaço, expõe os riscos de uma ciência que explora o ambiente ser desprovida de uma filosofia coerente.

O mesmo evidencia o movimento dialético, entre a essência do individuo existente e a corporificação do ato revelado pelo meio social que acabara se tornando espaço de sentidos e valores. Por isso o mundo o mundo percebido não deve ser separado do sujeito que o percebe.

Todas as perspectivas acerca do sentir e perceber tratam da natureza intrínseca do sujeito, como ponto de partida para que conheça a subjetividade do mesmo e como ele percebe alguém ou alguma coisa, sobretudo a percepção gerada sobre o meio ambiente do qual ele habita.

Ainda sobre os desdobramentos dos efeitos da topofilia no ser humano, pode-se destacar que essa relação intensifica a criação de laços não somente com o lugar, mas também com as pessoas que ali estão. Esse movimento natural cria espaços comunitários, onde sujeitos estão imersos em um sistema de compartilhamento de elementos comuns.

Sobre isso, (Ferreira; Profice, p. 05, 2020) dissertam sobre o conceito de comunidade:

a comunidade é baseada nas relações naturais, envolvidas por sentimentos como afetividade, amor, compreensão, gratidão e fidelidade, tendo a não racionalidade como orientadora das atitudes, na qual os indivíduos permanecem incorporados em um contexto vital amplo e orgânico, reconhecendo um ao outro nos seus respectivos estados.

Na perspectiva topofílica, a noção de comunidade seria uma consequência do elo entre homem e natureza, fato esse que é visto até os dias de hoje, com a dinâmica relacional em que o sujeito aprecia, mesmo que por um final de semana um espaço com características naturais relevantes, mas isso se revela de forma mais contundente nos povos originários, que preservam práticas ambientais milenares que denotam seu intrínseco apreço e respeito pela natureza.

As discussões sobre topofilia, pertencimento, percepção, revelam um aspecto fundamental do ser um humano, uma vez que ele passa a existir no momento em que a natureza o confronta, ele passa a sentir-se amparado pelos símbolos que o cercam. Dessa forma, a topofilia também refere-se ao descobrimento do eu diante do mundo e sua forma de pertencer na vastidão do mundo é expressada através da sua relação com o ambiente (Diegues, 1998).

3.8 Identidade

Coelho e Mesquita (2013), sobre identidade, afirmam haver identidades e identificações. Essa dicotomia etimológica acompanha o processo de transformação social dos sujeitos e as percepções de si. Isso porque, ainda segundo as autoras, a identidade é construída por fatores externos e essa pode ser transitória, mutável, não sendo fixa.

As identificações referem-se a elementos que possam causar a sensação de união entre um grupo, ou seja, um sujeito praticante de algum esporte, pode se ver identificado ao observar

outra pessoa praticando esse mesmo esporte. Enquanto que as identidades referem-se aos significados sociais e culturais que são atribuídos a alguém (Coelho; Mesquita, 2013).

Essa fluidez da identidade, característica da era pós-moderna, pode representar uma ruptura nos valores intrínsecos do ser humano, tornando-o fragilizado diante do mundo, uma vez que existem, diante dele, uma miríade de possibilidades de ser e existir, o que pode ocasionar um vazio existencial (Bauman, 2005).

Isso não significa que a fluidez na identidade seja essencialmente ruim ou degenerativa. Ainda que seja transitória e mutável ao longo do tempo, nesse processo permanecem ou são acrescentadas características que são únicas e essa unicidade configura uma parte fundamental para todo ser humano.

Como afirma (Hegel, 2018), ao abordar o conceito de identidade, faz uma relação do sujeito com ele próprio, ou seja, uma relação consigo mesmo, onde a partir da negação de si mesmo, brotasse a identidade do indivíduo, sem necessariamente haver a participação de outros sujeitos.

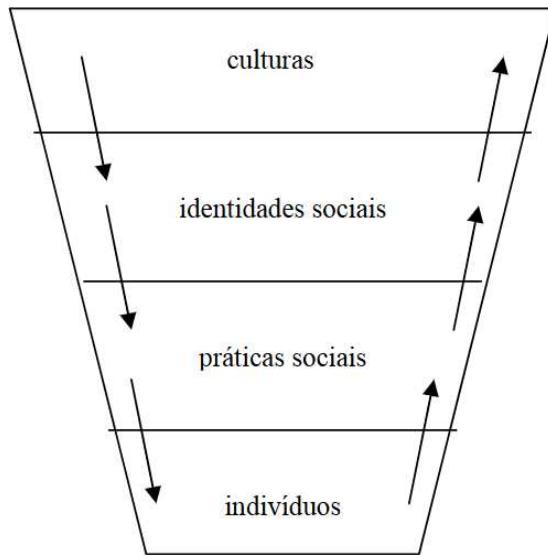
Entretanto, o ponto de partida será o entendimento da identidade como uma construção formada por fatores sociais, linguísticos e culturais. Esses elementos orientam a formação da identidade primária, a qual pode, com o tempo, passar por transformações (Coelho; Mesquita, 2013).

Tilio, (p. 03, 2009) sobre identidade social, faz a seguinte afirmação:

Essa concepção de identidade rejeita o sujeito do Iluminismo, centrado e unificado, e baseia-se em um sujeito sociológico, que constrói identidade ao interagir com a sociedade, e em um sujeito pós-moderno, que não tem identidade fixa, essencial, permanente, pois ela é “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”.

A identidade social emerge do encontro com o outro, sendo que essa interação frequentemente ocorre por meio da linguagem e da cultura (Coelho; Mesquita, 2013). Contudo, a construção da identidade no âmbito social pode ultrapassar os limites linguísticos e culturais aos quais estamos habituados, um processo bem ilustrado na figura 4 (Tilio, 2009).

Figura 2 - Fluxo da construção da identidade social



Fonte: Ttio, 2009.

Segundo Saquet (2005) o território constitui-se como um dos principais meios de construção da identidade, uma vez que todas as atividades exercidas sobre esses territórios como práticas religiosas, organizações sociais, trabalho, são práticas que exercidas de forma recorrentes, moldam o território e partir da criação do mesmo, há a firmação da identidade do sujeito.

Essa visão, muito parecida com o entendimento de Friedrich Ratzel sobre a criação do território para a existência do Estado nacional e consequentemente a validação de uma identidade pautadas nos ideais da nação. A manutenção do território pelo Estado seria importante não só para empoderar o papel político, mas também a valorização espaço geraria um sentimento de pertencimento, ocasionando em mais nacionalismo por parte de seus habitantes (Ratzel, 1990).

Haesbaert, 1999, faz uma estreita relação com a concepção de Ratzel, uma vez que afirma que territorialidades podem ser expressas em práticas sociais, que, em muitos casos, são práticas fomentadas pelo Estado, como o trabalho, por exemplo. Mas ainda assim ocorrem segregações durante esse processo.

Chelotti (p 171, 2010) sobre identidade territorial em contexto de globalização e capitalismo afirma o seguinte “No outro extremo, porém, observamos o reforço de certas identidades locais como espaços de resistência frente à lógica global dominante”

A identidade dos povos e populações tradicionais perpassam todos esses cenários e vale lembrar que, suas formas de viver, é uma sinalização de suas identidades no território brasileiro.

O trabalho, sempre árduo, a organização entre seus pares marcada pela solidariedade reafirma aquilo que já sabemos, são pessoas que resistem frente a uma logica que não comporta suas práticas (Valentim; Trindade, 2011).

A existência de todos esses aspectos aponta para a continuidade de práticas identificadoras, mesmo diante de tantos entraves. E a falta de recursos que outrora eram presentes como por exemplo, a riqueza faunística, denotam o esfacelamento de suas identidades no território frente a todas as práticas comuns nesse espaço que avançam sobre sua forma única de ver e viver no mundo (Calventel, 2017).

Nesse cenário de transformação do território, existe por parte dos povos originários uma tentativa constante de reaver suas identidades e isso se dá nas memórias do passado, onde tudo parecia mais estável e favorável, nas lembranças de momentos em comunidade (Calventel, 2017).

4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

4.1 Localização

O litoral maranhense abriga uma vasta diversidade de riquezas naturais. Ao longo de seus 640 km de extensão, é possível observar a imponência de diversas paisagens naturais, muitas das quais ainda preservadas e não alcançadas pela expansão da monocultura (Reis, 2024).

Diante da vasta disponibilidade de recursos naturais, pode-se ver também a manifestação da vida silvestre na região. Demonstrando que ainda há a possibilidade do desenvolvimento de espécies na região, como é o caso dos peixes-boi na Ilha do Gato (Costa, 2015).

Além de abrigar diversas outras espécies nativas animais como tartaruga-marinha, jiboa, e lagartos que podem ser encontrados na faixa litorânea com relativa facilidade considerando seu conjunto de espaços naturais que favorecem a vida desses seres (Masullo, 2022).

O litoral do Maranhão também é bastante conhecido por sua abundância na produção de pescados que favorece a geração de receita nos municípios e contribui para a alimentação de diversas famílias que vivem nessa localidade.

As espécies mais comuns são cangatá, sajuba, bagre guribu e entre outras espécies. As embarcações utilizadas por se tratar de pesca artesanal, tendem a ser de pequeno porte e de característica simples, como as bianas e canoas, embarcações confeccionadas de madeira sendo pouco movimentada pelos tripulantes. Assim como a canoa e o remo.

É possível observar a atuação de diversos grupos tradicionais com suas manifestações próprias como quilombolas, ribeirinhos e pescadores artesanais. Essa é uma prática bastante difundida no litoral.

A Reserva Extrativista Baía do Tubarão abriga várias comunidades de pescadores artesanais, que vivem do extrativismo animal, alternando, às vezes entre a agricultura e a criação de animais de pequeno porte (Mendonça, 2008).

A RESEX Baía do Tubarão foi criada em 2018, através de apelo da população local. O pedido foi solicitado pelo então Sindicato de Pescadores de Icatu. O Decreto de nº 9.340 de 05 de abril de 2018 instituiu como unidade de conservação. Com uma área de aproximadamente 223.917ha, trata-se de uma unidade de conservação de uso sustentável. De acordo com o Sistema Nacional de Unidade de Conservação Brasil (2000) todas as práticas dentro da unidade

de conservação, incluindo a atividade extrativista, devem visar a manutenção dos recursos biológicos ali encontrados.

Segundo SNUC Brasil (2000) Reserva Extrativista é:

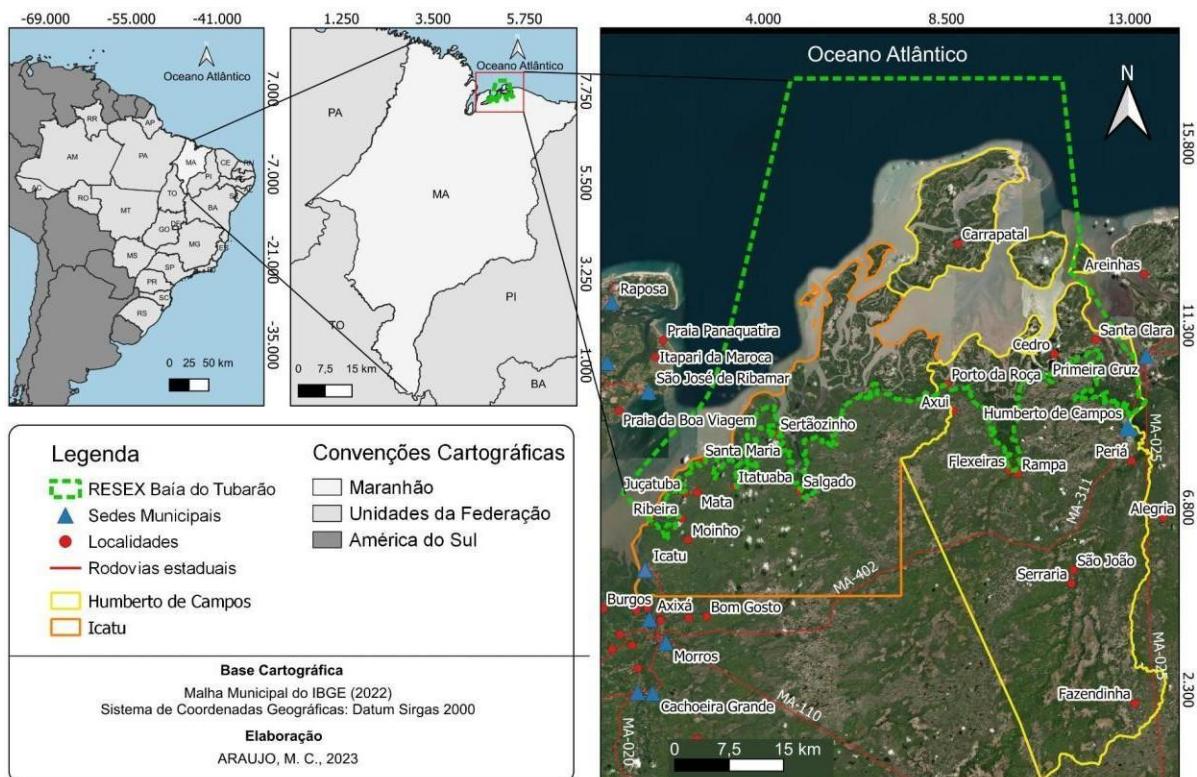
é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

A Reserva Extrativista encontra-se nos municípios de Icatu e Humberto de Campos, no litoral maranhense. Com uma riqueza faunística, paisagens naturais e recursos ambientais favoráveis para as comunidades ali estabelecidas, a reserva foi instituída com a finalidade de proteger os meios naturais tão ricos para aquela população, uma vez que a atividade majoritária é a pesca.

Faz-se necessário zelar por todos os recursos marinhos que constituem os mecanismos fundamentais para a renda e também para o fortalecimento do simbolismo sociocultural que reside nessa prática (Figura 05).

Com uma área total de 223.917ha, essa unidade de conservação tem em sua formação natural evidentes traços do bioma amazônico (ICMBio, 2019).

Figura 05 - Localização da RESEX Baía do Tubarão



Fonte: Araujo, M.C. 2023.

4.2 Histórico

A reserva extrativista baía do tubarão, está localizada nos municípios de Humberto de Campos e Icatu, ela encontra-se entre São Luís – MA e o parque nacional dos lençóis maranhenses (PNLM). Sua criação parte da iniciativa da sociedade civil de ambos os municípios.

A localidade é bastante rica em biodiversidade e recursos naturais marinhos, o que torna favorável a prática predominante da pesca artesanal como forma de subsistência na região. Considerando sua importância para o desenvolvimento da biodiversidade, essa, por sua vez, oferece os meios necessários para garantia de renda para grande da população, dessa forma foi idealizada a instituição daquela área como uma unidade conservação da natureza.

A proposta de criação se deu graças as demandas do sindicato de pescadores de Icatu e da colônia de pescadores de Humberto de Campos. Foi feita, posteriormente, consultas públicas para ouvir os moradores sobre a proposta em questão e o retorno veio de forma positiva, as entidades e poder público local aderiram a sugestão.

Dessa forma, através do decreto de número 9.340, a localidade foi instituída como uma unidade de conservação da natureza de uso sustentável, uma reserva extrativista, que ao mesmo tempo atende as demandas dos povos tradicionais extrativistas e minimiza os impactos ambientais.

A história do município de Icatu remonta ao século XVI, no contexto da ocupação dos portugueses no Brasil. A frente de ocupação do território brasileiro se deu majoritariamente pelo litoral, facilitando o acesso pelas embarcações, o escoamento das produções e por questões de segurança e defesa de outras invasões.

A ocupação do território brasileiro se deu de forma completamente complexa e violenta, no Maranhão não foi diferente. Com a intenção de instalar o sistema colonial no estado, houve a tentativa constante de resistência por parte dos indígenas que aqui habitavam.

Essa disputa no território com a tentativa de implantar um sistema que só favorecia a coroa portuguesa foi completamente desigual, uma vez que os indígenas não possuíam mecanismos para enfrentar a cruzada portuguesa que já possuía armamento bélico.

Esse conflito marcou a história do país ao derramar sangue por todo território, sangue dos indígenas que se opuseram a imposição da coroa portuguesa para que se subjugassem perante eles, não consentindo ao projeto colonialista de Portugal.

Jeronimo de Albuquerque, um fidalgo português e senhor de engenhos, liderou essa expedição no estado do Maranhão, ele teve êxito em sua empreitada ao expulsar os franceses do território maranhense através da notável batalha de guaxenduba, consolidando a região como domínio do Estado português.

A Batalha de Guaxemduba ocorreu no dia 19 de novembro de 1614, onde hoje é localizado o município de Santa Maria de Guaxenduba, no interior da sede municipal de Icatu. Esse confronto entre Portugal, liderado por Jeronimo de Albuquerque e França liderada por Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière, marcou a expulsão dos franceses do nordeste brasileiro e consolidou a posição vitoriosa de Portugal sobre a costa norte do país (Figura 6).

Figura 6 - Vista da comunidade Santa Maria - Icatu, MA



Fonte: Autoria própria, 2024.

Nesse contexto de vitória dos portugueses e expulsão dos franceses, foi realizada uma procissão a nossa senhora da ajuda, e também deram início na construção da igreja naquela localidade que exaltava a conquista daquele território. Mas foi só em 1688 que Icatu surgiu.

Inicialmente, a localidade era uma vila, posteriormente, foi transferido para a margem direita do rio munim um importante rio que banha e cruza diferentes municípios do Maranhão no ano de 1758 pela corte portuguesa.

Icatu foi elevada à categoria de cidade em 1924, por meio da Lei nº 1.179, de 22 de abril do mesmo ano. Inicialmente, era conhecida como Arraial de Santa Maria de Guaxenduba, sendo posteriormente rebatizada com o nome atual, Icatu.

A toponímia “Icatu” tem origem na língua tupi-guarani e significa “água boas” ou “rio de água boa”, em referência aos diversos afluentes que cortam a região. O município é considerado um dos mais antigos do Maranhão, sendo o segundo mais antigo depois da capital, São Luís, com 410 anos desde sua fundação.

A história do município de Humberto de Campos, também localizado no litoral maranhense, tem sua formação político-administrativa relativamente recente, entretanto, sua formação remonta a alguns séculos atrás. Humberto de Campos é concebido em um período de insatisfação popular com o império português, a revolução pernambucana é retrato disso.

Apesar do sentimento anticolonialista predominar em parte da população, é importante considerar que nesse momento ainda estávamos sobre domínio português comandado pelo rei D. João VI tendo Lisboa como sede da monarquia.

Inicialmente, a história de Humberto de Campos surge através de um comerciante chamado José Carlos Frazão, um comerciante que buscava estabelecer relações comerciais com um grupo de indígenas e também buscava possibilidades de avistar terras viáveis para a lavoura.

Por saber da existência de terrenos próximos aquela região, decidiu por fixar moradia, uma vez que havia conseguido a confiança do líder do grupo de indígenas. Essas terras eram próprias para a lavoura, a localidade em questão era chamada de Miritiba em decorrência da presença de árvores grandes de casca amarela que recebiam o mesmo nome pelos indígenas daquela terra.

Com o intuito de estabelecer o comércio e expandir os trabalhos agrícolas naquela região, José Carlos construiu para si um prédio com dois pavimentos com ajuda de seus escravos. A região era irrigada pelo rio Periá ou preá que torna o grande matagal em uma área propícia para agricultura. A partir disso, foi ai que teve inicio a cidade de Humberto de Campos que ainda recebia o nome dado pelos indígenas quando era apenas um povoado.

Em 8 de maio de 1835, Miritiba foi elevada a nível de distrito. Em 1840, o distrito foi invadido pelos rebeldes na guerra dos balaios, que foi um movimento popular que envolveu sertanejos, pobres, indígenas e escravizados fugidos.

Pelo decreto estadual de 13 de dezembro de 1934, passou-se a se chamar Humberto de Campos. Esse, por sua vez, foi uma figura proeminente no ato então distrito, se trata de um jornalista, cronista e escritor que nasceu no município e como forma de homenagear o cidadão que elevou a cena cultural e intelectual, o município foi batizado com o seu nome (Figura 7) mostra como era o centro da cidade em outra época.

Figura 7 - Centro do povoado de Humberto de Campos



Fonte: IBGE, 2022.

5 ASPECTOS SOCIOECONOMICOS

5.1 População e densidade demográfica

A Reserva Extrativista Baía do Tubarão está localizada nos municípios de Humberto de Campos e Icatu, no litoral do Maranhão. Faz-se necessário compreender e descrever aspectos demográficos, assim como indicadores socioeconômicos de ambos municípios, aspectos esses que são reflexos da estrutura social dos habitantes, sobretudo das comunidades de pescadores artesanais ali residentes.

Como uma área territorial de 1.714,625 km², o município de Humberto de Campos possui, segundo dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, possui 25.680 habitantes, correspondendo a 14,98 habitantes por quilômetros quadrados.

Já o município de Icatu, possui uma população de 24.794 habitantes, com uma extensão territorial de 1.124 km². Ambos os municípios possuem dimensões populacionais aproximadas, diferentemente de Humberto de Campos, Icatu possui 22,05 habitantes por quilometro quadrado esse quantitativo pode ser visto na tabela 01.

Tabela 4 Número de habitantes de Humberto de Campos e Icatu

População do Município de Humberto de Campos (2022)	População do Município de Icatu (2022)
25.680 habitantes 14,98 habitantes por quilômetro quadrado	24.799 habitantes 22,05 habitantes por quilômetros quadrado

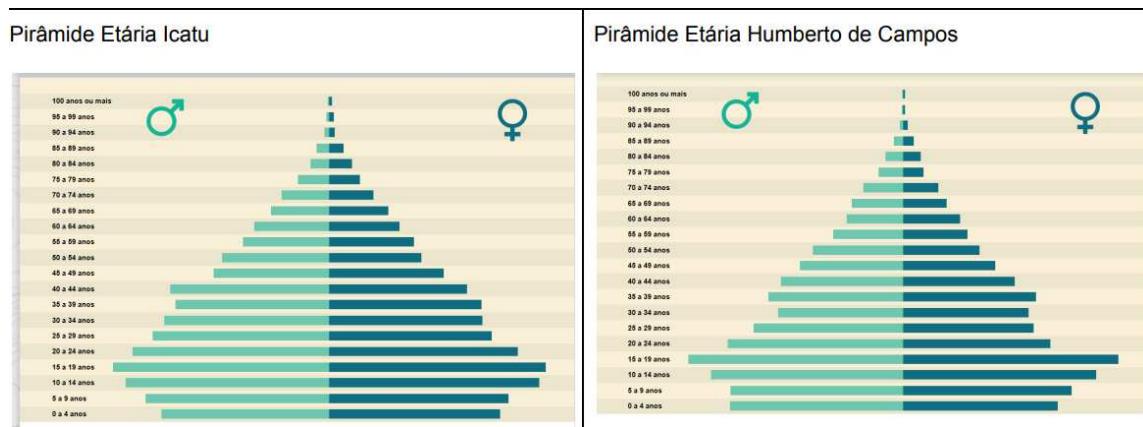
Fonte: Adaptado pelo autor, 2025

Comparado com os 217 municípios do estado do Maranhão, Humberto de campos ocupava, segundo o último censo, a posição 60º em relação a sua população e estava na posição 139 em se tratando de sua densidade demográfica, Icatu ocupa a posição 64º dentro do estado.

Outro ponto em comum entre ambos os municípios é a faixa etária e contingente populacional demasiadamente masculino. A pirâmide etária de Icatu, exibe uma discrepância suave entre os fatores idade e gênero. Em Humberto de Campos esse padrão se repete. Vale

lembra que nos dois municípios existe também, uma elevada quantidade de jovens e adultos que se autodeclararam como pretos e pardos (Figura 8).

Figura 8: Pirâmide etária de Icatu



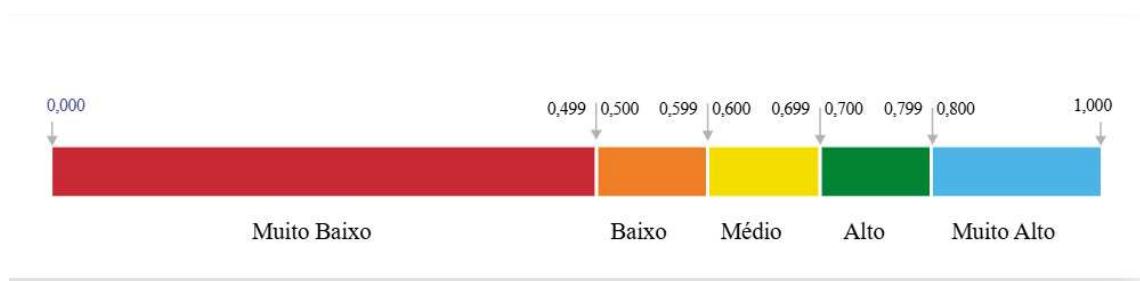
Fonte: Atlas Brasil, 2023

5.2 IDHM

O índice de desenvolvimento, medida que avalia o desenvolvimento de um estado, país ou região, no município de Humberto de Campos, mostra um nível abaixo da média na avaliação. Esse é um importante dado que revela sobre quais condições os habitantes do município estão inseridos.

Em 2000, a partir do censo demográfico, revelou que o IDHM do município era de 0,365, seguido por 0,535 em 2010 e em 2022, dados mais recentes do último censo mostraram que o índice está em 0,54. De modo geral, o crescimento do índice foi de 46,58% (Figura 9).

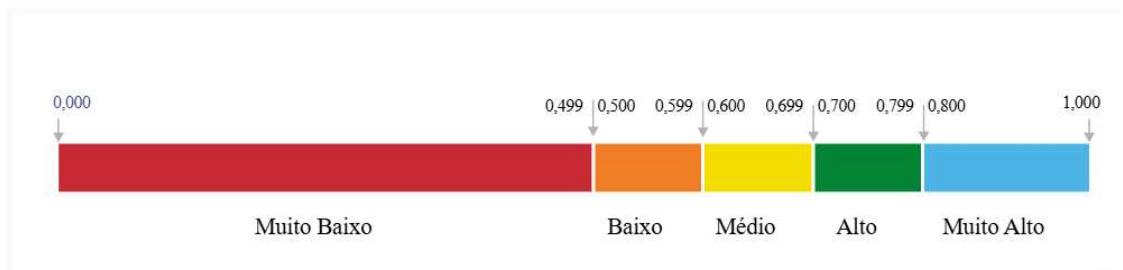
Figura 9: Índice de desenvolvimento humano municipal de Humberto de Campos



Fonte: Atlas Brasil, 2023.

No município de Icatu, em 2000, o IDHM estava em 0,348, na década seguinte estava em 0,546. O censo demográfico de 2022 mostrou que esse número está em 0,55. Em linhas gerais, a evolução do índice foi de 56,90%. Esse valor está abaixo da média, em ambos os municípios podemos observar a prevalência desse sintoma negativo (Figura 10).

Figura 10: Índice de desenvolvimento humano municipal de Icatu



Fonte: Atlas Brasil, 2023.

O índice de desenvolvimento humano municipal é um importante indicador que considera saneamento básico, educação de qualidade, expectativa de vida e saúde. Quando esses índices são deficientes, isso pode dizer que a população de certo município está sendo privada de certos serviços básicos para promoção da qualidade de vida.

Adentrando em alguns desses aspectos, destacamos a saúde do município de Icatu. A localidade tem uma taxa média de mortalidade infantil de 9,15 para 1.000 nascidos vivos, segundo dados do IBGE, isso significa que entre todos os municípios do Maranhão, Icatu fica na posição 168 de 217.

O número de internações por diarreias registrado no Sistema Único de Saúde (SUS) mostra um total de 12,1 acometimentos por 100 mil habitantes. Esse dado é importante pois a diarreia trata-se de um indicador de saúde social. As internações por diarreia podem indicar a qualidade (ou ausência dela) do serviço de saneamento básico em uma localidade.

Abordando o mesmo aspecto, em Humberto de Campos a taxa de mortalidade infantil é 20,41 óbitos para cada 1000 nascidos vivos (usar um comparativo). Esse dado demonstra a fragilidade em assistência de saúde primária para a criança nos primeiros meses de vida. Esse indicador aponta para a qualidade de vida da região.

Os números de internações por diarreia no SUS também são alarmantes, segundo dados do censo de 2022, são 553 internações por essa enfermidade para cada 1000 habitantes, um

pouco mais da metade da população periodicamente é assolado por essa condição revelando que existem fragilidades na infraestrutura urbana, sobretudo no tratamento de água e esgoto.

Em Humberto de Campos, a população é assistida por 12 estabelecimentos de saúde do SUS, enquanto que em Icatu, o quantitativo de estabelecimentos soma-se a somente 10, que realizam atendimento aos habitantes.

Tabela 5 Estabelecimentos de saúde em Humberto de Campos e Icatu

MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE	N.º
Icatu	Unidade básica de saúde	15
	Central de gestão em saúde	1
	Hospital	1
	Farmácia	1
	Polo de prevenção de doenças e agravos	1
	Unidade de atenção psicossocial	1
	Unidade de vigilância em zoonoses	1
	Total	21
Humberto de Campos	Unidade básica de saúde	29
	Central de Gestão em Saúde	2
	Hospital	2
	Ambulatório	2
	Unidade de vigilância em zoonoses	2
	Farmácia	1
	Polo de prevenção de doenças e agravos e promoção da saúde	1
	Unidade de reabilitação	1
	Unidade de atenção psicossocial	1
	Unidade de apoio diagnostico	1
	Total	42

Fonte: A.C, Matheus 2023

No censo demográfico de 2010, mostrou que a escolarização dos moradores de Icatu na faixa etária de 6 a 14 anos eram de 94,9%, já no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) criado pelo governo brasileiro junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anisio Teixeira (INEP) mostrou que o desempenho nessa avaliação para os anos iniciais foi de 4,5 e nos finais obteve a media 4.

Isso demonstra um rendimento insuficiente no sistema educacional público do município que tem 1030 matriculas no ensino médio e 4.032 matriculas no ensino fundamental distribuídos em 52 escolas de ensino médio e somente 03 escolas de ensino fundamental.

Em Humberto de Campos a situação não é muito diferente. A localidade, em 2010, tinha 97% da sua população de 6 a 14 anos escolarizada. Isso coloca o município na posição 93 de

217. Em 2023, segundo a avaliação do IDEB, o município obteve nota 4,8 na avaliação do ensino fundamental e 4,1 para o ensino médio. Novamente, são resultados que demonstram a fragilidade do sistema de educação pública na cidade.

Humberto de Campos tem um total de 61 estabelecimentos de educação pública, sendo 59 destinada para ofertar ensino fundamental e 2 para atender o ensino médio, números contrários ao de Icatu, onde há mais escolas de ensino médio.

As matrículas no ensino fundamental, no total somam 392, enquanto que no ensino médio, esse número é de apenas 347 para atender a população. A educação em ambos municípios parece sofrer desafios constantes, considerando o desempenho nas avaliações nacionais.

Tabela 6 Taxa de escolarização em Humberto de Campos e Icatu

TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DE 6 A 14 ANOS	
ICATU	94%
HUMBERTO DE CAMPOS	97%

Fonte: Adaptado pelo autor, 2025

Tabela 7 Índice de desenvolvimento humano da educação básica

INDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BASICA			
Humberto de Campos		Icatu	
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	4,8	ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	4,5
ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	4,1	ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	4,0

Fonte: Adaptado pelo autor, 2025

Em Humberto de Campos, o produto interno bruto (PIB) é de 130.287.259,07, esse montante é dividido entre defesa, administração, educação e saúde pública. Isso significa que o pib per capita do município corresponde a R\$. 6.327,78. Esses valores, em geral, não abrangem

a totalidade e realidade do local, sendo assim, é possível que o município enfrente desafios nesse sentido.

Icatu tem o PIB per capita de 6.526,37 totalizando uma receita bruta realizada no valor de 110.158.551,75. Esse ultimo montante corresponde ao valor bruto de toda arrecadação municipal, antes de ser descontados os impostos, taxas e afins.

Ambos os municípios têm suas rendas comprometidas pelas receitas brutas empenhadas que corresponde ao valor total das despesas que foram formalmente empenhadas. Isso coloca as contas públicas dos municípios em instabilidade e compromete a destinação plena dos recursos aos setores carentes das cidades.

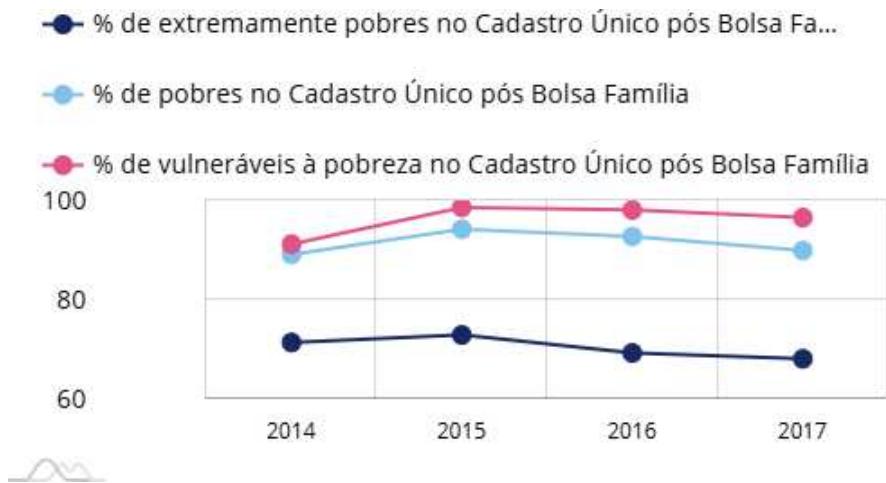
Tabela 8 Receitas brutas realizadas e empenhadas em Humberto de Campos/ Icatu

RECEITAS BRUTAS REALIZADAS / RECEITAS BRUTAS EMPENHADAS			
HUMBERTO DE CAMPOS		ICATU	
RECEITAS BRUTAS REALIZADAS	130.287.259,07	RECEITAS BRUTAS REALIZADAS	110.158.551,75
RECEITAS BRUTAS EMPENHADAS	116.489.512,30	RECEITAS BRUTAS EMPENHADAS	106.154.450,90

Fonte: Adaptado pelo autor, 2025

A renda no município de Humberto de Campos corresponde a 1,3 salários mínimos correspondendo a media das 429 pessoas com alguma ocupação formal, totalizando 1,67% de pessoal ocupado no município recebendo remuneração. Segundo o Atlas Brasil, a proporção de pessoas pobres inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) após o recebimento do Bolsa Família era de 89,10% em 2014 e 89,89% em 2017 (Figura 11).

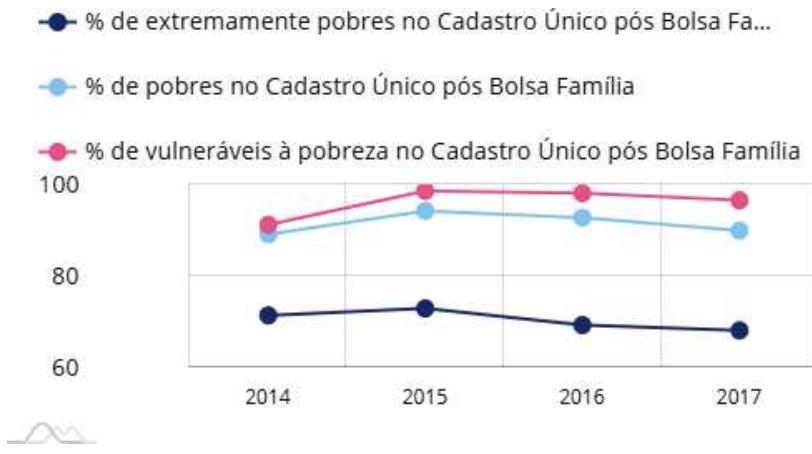
Figura11: Renda dos moradores de Humberto de Campos



Fonte: Atlas Brasil, 2023.

Em Icatu, a média salarial é de 1,9 salários mínimos considerando a proporção de pessoal ocupado que totaliza 20006 pessoas com trabalho formal (8,09%). Ainda segundo dados do Atlas Brasil, analisando o CadÚnico, a proporção de pessoas vulneráveis a pobreza após o recebimento do bolsa família era de 91,19% em 2014 e 96,52, % em 2017 (Figura 12).

Figura 12: Rendo dos moradores de Icatu



Fonte: Atlas Brasil, 2023.

O censo de 2022 revelou uma quantidade ínfima de pessoal ocupado exercendo trabalhos formais, considerando os contingentes de ambos os municípios, esse número representa uma parcela gigantesca da população realizando trabalhos informais, sem garantia de segurança social e outros benefícios.

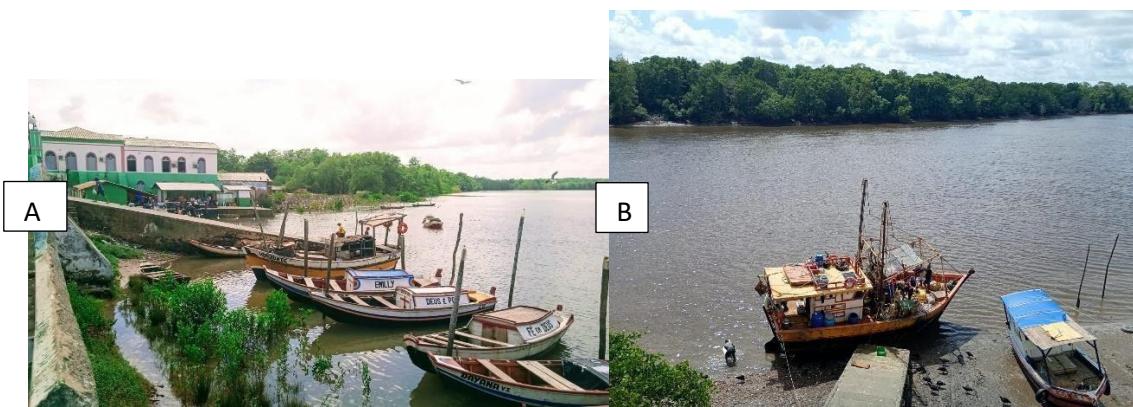
6 DESAFIOS

Em ambos os municípios da RESEX, a maioria dos pescadores artesanais relataram possuírem embarcações próprias para praticarem a pesca. Isso significa que muitos desses praticantes gozam de autonomia durante o exercício do seu ofício. Vale lembrar que a posse de embarcações, ainda que sejam embarcações de pequeno porte é de grande valor para os pescadores.

Aos trabalhadores que não possuem embarcações, cabem a eles prestar serviços para os proprietários desse recurso fundamental. Esse contexto cria uma relação de trabalho onde parte do que o pescador pesca seja direcionado para o dono da embarcação em que ele se utilizou para fazer a captura do pescado.

Esse cenário é ao mesmo tempo oportuno e também prejudicial. Uma vez que grande parte dos trabalhadores que dependem de embarcações de terceiros veem a sua renda comprometida. Isso cria uma situação de vulnerabilidade socioeconômica que coloca alguns desses sujeitos em desvantagem por não terem condições de possuir uma embarcação própria (Figura 13).

Figura 13: A) Embarcações no porto do município de Icatu; B) Embarcações no município de Humberto de Campos



Fonte: autoria própria, 2025

Outro ponto observado e que merece atenção, refere-se à ausência dos órgãos fiscalizadores na região. Alguns pescadores relataram não conhecer, por exemplo, a capitania

dos portos, que exerce a fiscalização naval em águas brasileiras. O desconhecimento da população sobre este órgão, evidencia uma relação inadequada com essa entidade.

Sobre o Instituto Chico Mendes da biodiversidade (ICMBio), parece haver uma relação antagônica a capitania dos portos. O órgão é conhecido pelos pescadores, mas quando perguntado sobre sua atuação, existem sempre um teor negativo. Ou seja, existe uma relação, entretanto, uma relação que controversa (figura 14).

Figura 14: Pescador artesanal falando sobre o ICMBio



Fonte: autoria própria, 2025.

Perguntado sobre a atuação do ICMBio na RESEX, seu Manuel da Paixão Santana, de Humberto de Campos pescador há mais de 35 anos relatou “daquele jeito, né, fulerinha com a gente”, o órgão só atua na função de punir e, dessa forma, criar entraves no exercício da pesca artesanal no município.

Esse descontentamento dos pescadores em relação ao ICMBio tem raízes, segundo os mesmos, na pouca informação que é repassada, sobre, por exemplo, técnicas de manejo adequada, sendo assim a entidade ficou conhecida como punitiva, sem explicar o motivo da punição.

Esse mesmo comportamento é relatado por outro pescador em Humberto de Campos:

Eu tinha uma rede de pesca aí, a gente tava pescando, inclusive eu nem tava na pescaria, só que eu era o dono da pescaria e tinha meus companheiros de pesca. Como ficava perto do povoado em que eu morava, eu tinha duas bianas aí assim eu estava mais uns 05 pra pescar, como estava em 05 eu falei assim, rapaz é o seguinte, vocês podem ir lá, vocês botam essa rede e aí vocês levantam a rede quando for de manhã eu vou pra lá [...] aí uma moça perguntou pra mim se eu era o dono da rede e eu disse

sim. E ela disse, você não sabe que a malha dessa rede é proibida pescar. Eu digo não sei não senhora, o sabendo agora. [...] E ela disse que é proibido pescar com essa rede e disse que rede tá presa. Aí eles prenderam a rede, fizeram meus companheiros de pesca arrancarem a rede quando a maré tava grande[...] O ICMBIO tomou minha rede, tem hora que a pessoa porque tá naquele cargo não entende as dificuldades daqueles bem pequenos. [...] ainda vivo pagando essa rede até hoje, fiquei devendo mais de 20,000(reais) dessa rede, porque fiz um empréstimo pro banco e ainda tô pagando as prestações[.]

(Entrevista concedida em 09/02/2024)

Tal abordagem do órgão, acaba por criar um clima de tensão entre a entidade e entre os próprios pescadores, uma vez que eles relatam que existe diferenças na forma agir, onde alguns são punidos e outros não. Parece haver pouca explicação das normas legais para exercício da pesca, e quando há o descumprimento, os pescadores são pegos de surpresa.

Entretanto, no município de Icatu, a realidade parece ser diferente, existe uma relação, entretanto, fica nítido também o desconhecimento de alguns pescadores sobre esse órgão, o que pode apontar para um problema na gestão da reserva extrativista, considerando que essa entidade exerce um papel fundamental na fiscalização naquela região, em ambos os municípios ficou evidente um anseio por esclarecimentos devidos sobre essas normas, que norteariam o trabalho dos mesmos e criaria uma relação menos conflituosa com o órgão (figura 15).

Figura 15: pescadores na RESEX



Fonte: Autoria própria, 2025.

Sobre a produção municipal, no tocante ao destino do que é pescado, foi relatado que a maioria dos pescados ou permanecem nos municípios ou vão para localidades próximas como Rosário, Axixá e Urbano Santos.

Quando há o escoamento da produção para outros municípios, isso ocorre através da atuação dos atravessadores que atuam na região, que compram o pescado nos municípios e vendem em outro lugar com um preço mais caro. Normalmente para São Luís e ou São Jose de Ribamar para atender o mercado consumidor desses dois municípios, assim como o abastecimento de supermercados e setores do gênero alimentício.

A maior parte dos pescados, quando não é destinada aos municípios adjacentes, permanece no próprio município, atendendo ao mercado consumidor na região, onde os interessados compram os pescados ainda dentro da embarcação ou no mercado municipal.

No município de Humberto de Campos, segundo os pescadores entrevistados, a presença de atravessadores na região é pouco frequente. Entretanto, isso não faz com que toda a produção permaneça no município, uma rede de supermercados de São Luís fixou acordo com a colônia de pescadores para comprar os pescados (Figura 16).

Figura 16: A) Mercado municipal de Humberto de Campos; B) Pessoas comprando pescados no porto de Icatu



Fonte: Autoria própria, 2025.

O município de Humberto de Campos e Icatu, tem um impasse quanto a sua produção, já que não há uma política que contabilize, efetivamente, a quantidade de pescados e nem um monitoramento para saber onde está indo os pescados.

A falta desse controle diminui o potencial pesqueiro dos municípios dentro do estado do Maranhão. Como afirmou o Presidente da colônia de pescadores de Humberto de Campos.

Muitos pescados que saem do município acabam chegando a municípios adjacentes e sendo atribuído a essas localidades a origem do pescado (figura 17).

Figura 17: A) Colônia de pescadores em Humberto de Campos; B) peixes sendo tratados na embarcação; C) peixes sendo pesados.



Fonte: Autoria própria, 2025.

Um desafio bastante observado durante as entrevistas, foi sobre o registro geral de pesca, benefício garantido aos pescadores para exercerem com seguridade social a pesca. Esse direito garante acesso a benefícios como um trabalhador comum, no caso dos trabalhadores do mar, ele abrange as especificidades do seu ofício.

Como por exemplo, os pescadores recebem, por 04 meses o seguro defeso, benefício que garante remuneração de um salário mínimo durante o período de reprodução das espécies. Ocorre que esse benefício tem sido banalizado tendo em vista que existem casos de pessoas que não trabalham com pesca, mas recebem o benefício.

Esse fato fragiliza a situação dos trabalhadores, uma vez que alguns não conseguem receber o benefício e outros que não são trabalhadores recebem. Essa situação também põe em dúvida a capacidade das entidades representativas em assistir e lidar com situações desse tocante.

Pode ser associado a isso, o fato de que nos últimos anos, se tornou relativamente fácil e menos burocráticos a emissão do RGP, dada a informatização das entidades representativas facilitando a atividade fraudulenta de pessoas que não se encaixam nos requisitos para garantir o documento.

As relações de natureza política nos municípios também figuram um problema que gera entrave na pesca e consequentemente na vida dos pescadores. O Presidente da colônia de pescadores de Humberto de Campos, sinalizou para uma partidarização das colônias no município, fazendo parecer que essas organizações atendem as necessidades dos trabalhadores, mas o objetivo é angariar possíveis eleitores através da categoria.

Isso inviabiliza a criação de políticas públicas que poderiam fortalecer o setor e auxiliar os pescadores artesanais. Em contrapartida, há uma falta de apoio para essa categoria, que desenvolve esse trabalho criando condições próprias de continuação.

As relações de trabalho dos pescadores artesanais seguem sendo permeadas por dificuldades institucionais do município em que estão atuando, ou da colônia e/ ou sindicato que estão cadastrados. Esse cenário gera um amplo sentimento de incerteza e desamparo sobre o ofício.

Seu Domingos dos Santos Rocha, pescador no município de Icatu há 50 anos, destacou um problema que parece comum em ambos municípios: o ineficaz controle do cadastro de pescadores atuantes, de modo a receber os benefícios trabalhistas.

Ele afirma que nos últimos anos houve um aumento significativo nos números de colônias de pescadores, de tal modo que existem mais colônias do que pescadores cadastrados. Esse fato lança luz a possíveis irregularidades cometidas por pessoas que não são trabalhadoras do mar e recebem o benefício do setor com a conivência das colônias de pescadores.

Seu Domingos dos Santos afirma o seguinte:

A colônia é uma colônia que tem em cada cidade, então, esses lugares nosso agora já tem mais colonizado do que eleitor quase porque tem 5/6 colônias num lugarzinho desse. Eu acho que existe mais colônias do que o necessário. O problema é porque, em todo lugar existem os ladrões. Tem caboclo aí dessas colônias clandestinas que tá botando 500/600\$ pra alguém trazer uma pessoa pra ser colonizada, eles ganham por cima dos colonizados. E é só uma colônia original que tem em cada cidade dessa, e já essas outra são peba, tá irregular e atrapalha o nosso trabalho. Porque quem não é nem pescador tá ganhando e ainda faz pouco de quem pesca. É pra da pra quem pesca, pra quem é da profissão. Agora, que tanto de dinheiro que tá saindo disso aí? Era que eles fizessem uma pesquisa, pra saber quem pesca e quem não pesca. Tem gente que tá em São Paulo que só vem assinar o seguro pra pegar o dinheiro. Então isso é uma coisa irregular, e aí a gente que é pescador tem vez que não recebe, isso tá errado rapaz.

(Entrevista concedida em 09 de junho de 2025)

Tais alegações expõe a indignação de um trabalhador, respaldado pela confirmação de outros companheiros seus. A Partir do exposto, há uma dúvida sobre quem cuida de quem trabalha por horas a fio mar a dentro sobre condições periclitantes. As colônias de pescadores devem exercer um papel de auxiliar os trabalhadores e trabalhadoras do mar em suas funções laborais, para que seja menos pesaroso a sua lida (figura 18).

Figura 18: pescadores atracando embarcação



Fonte: autoria própria, 2025.

A atividade pesqueira se estende para fora dos limites territoriais de Humberto de Campos e Icatu, onde existem grupos organizados que vivem de forma tradicional e praticam a pesca e a mariscagem como forma de subsistência e também para consumo próprio.

Segundo (Moreira, D.S, 2024) no povoado Santa Maria, em Icatu, Grande parte dos moradores da comunidade se identificam como quilombolas por ali haver vários outros quilombos e em 2005 foi fundada a Associação Quilombola de Santa Maria de Guaxenduba. A identificação dessa área como remanescente quilombola, dá-se pela Secretaria de Igualdade Racial e certificado pela Fundação Palmares em 2010 e pela luta da Presidente da Associação, residente atuante à frente das demandas da comunidade, politicamente engajada na manutenção da comunidade. (Figura 19).

Figura 19: Da esquerda para direita: dona Ilzilene, dona Catarina, Dona Elida



Fonte: Autoria própria, 2025.

A forte atuação das mulheres da comunidade, no tocante ao zelo pelo ambiente, atraiu a atenção do ICMBIO, criando uma relação estreita com o povoado e o órgão. No dia em questão, a senhora Elida recebeu a notícia de que somará esforços junto ao ICMBIO atuando como agente ambiental, trabalhando junto com a comunidade para promover práticas sustentáveis, ensinando sobre a importância da conservação na RESEX.

A pesca representa parcela significativa na renda da população, tanto a prática da mariscagem, atividade majoritariamente feminina, quanto a pesca embarcada são as atividades que geram impactos nos aspectos socioeconômicos da comunidade. Nota-se isso, pelo aspecto da mobilidade na comunidade entre os mais jovens, a prática de ir embora do povoado para viver em condições adversas em outros municípios não é tão recorrente. Tal ocorrência só se dá quando o jovem tem que estudar fora da comunidade, mas eles acabam retornando.

A Ilha do Gato, que fica nos limites territoriais de Humberto de Campos encontramos pessoas que vivem da pesca artesanal. A ilha formada majoritariamente por pescadores artesanais, preserva um modo de vida bastante único e tradicional.

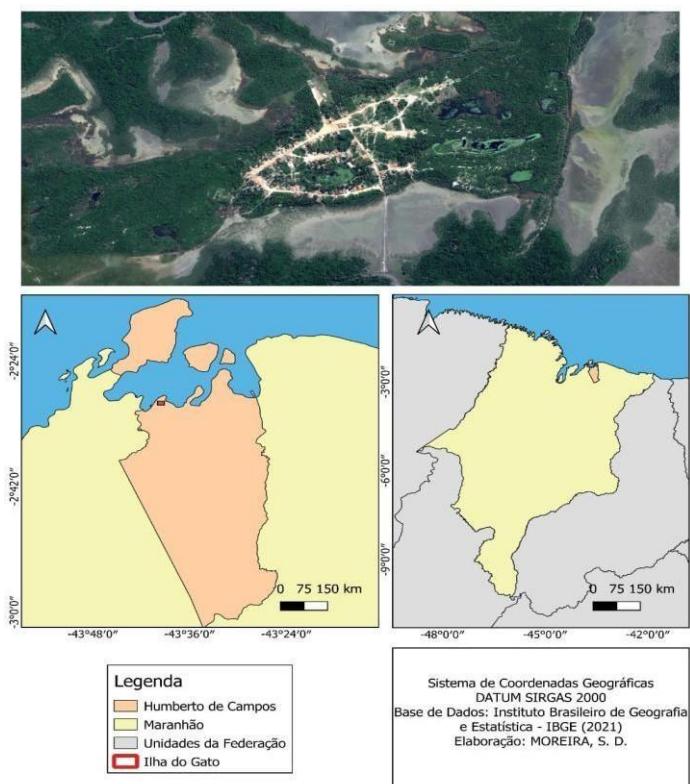
Sem dúvidas uma localidade com o complexo paisagístico mais notável e rico do litoral, favorecendo o desenvolvimento da biodiversidade e atraindo a vida silvestre para aquela região. Esse aspecto é bastante observado pelos próprios moradores, que se orgulham em conseguir preservar tão bem os recursos naturais, ao passo que preservam a sua história e identidade (Figura 20).

No que tange à toponímia, ou seja, o nome do lugar, é atribuído popularmente a constantes aparições e presenças de gatos-maracajá, felino que vive principalmente em florestas perenes decíduas. Por isso os primeiros moradores faziam referência a ilha diretamente a presença dessa espécie e assim permanece até os dias atuais.

Grande parte dos moradores da ilha vivem da pesca artesanal como principal fonte de renda, servindo também para o consumo próprio dos habitantes. Os homens, como de costume,

realizam a pesca embarcada, enquanto as mulheres permanecem em casa no serviço doméstico auxiliando seus companheiros no preparo do peixe para ser comercializado.

Figura 20: Mapa de localização da Ilha do Gato



Fonte: Autoria própria, 2024.

Observa-se, na Ilha, um modo de vida fortemente marcado pelo contato direto com o ambiente natural e por uma estreita relação entre os moradores, evidenciando a presença de um sistema de ajuda mútua enraizado nas relações cotidianas. Em termos de assistência à saúde, a comunidade conta com uma unidade básica que dispõe de um profissional de enfermagem presente regularmente e de atendimento médico realizado uma vez por semana.

O diálogo com os moradores ficou nítido o aspecto geracional da prática pesqueira na ilha, onde os pais ensinaram os filhos possibilitando a continuação dessa atividade juntamente com a prática sustentável que acompanha o desenvolvimento desse ofício na localidade.

A pesca ainda é a atividade majoritária na Ilha, muitos homens realizam pesca embarcada e vendem a produção em Humberto de Campos. Os pescadores dispõem de barcos e outros apetrechos de pesca que são necessários para realização da atividade. Existe a pesca

onde os pescadores extraem os peixes por diferentes técnicas como espinhal, tapagem, pulsar, mas sobressai também a captura de camarão, principalmente camarão cinza, a espécie mais encontrada naquela região (figura 21).

Figura 21: Roda de conversa com pescador



Fonte: Autoria própria, 2024.

Na ocasião, foi possível dialogar com moradores que atuaram na pesca artesanal por mais de quatro décadas e que, atualmente, encontram-se aposentados. Seus relatos, marcados por nostalgia e afeto, revelam uma vivência na qual trabalho e lazer se entrelaçavam, uma vez que as longas horas de atividade eram compartilhadas com colegas que nutriam o mesmo apreço pelo ofício.

A maioria dos entrevistados, ao serem interrogados sobre estarem em uma unidade de conservação da natureza, mostraram falta de conhecimento desse termo ou afirmaram que nada mudou desde a criação da RESEX.

Esse dado é um tanto preocupante, pois existem normas a serem seguidas pelos moradores para a manutenção daquela porção natural. O não conhecimento de alguns sobre unidade de conservação somado ao desconhecimento de que estão morando em território protegido, aponta para as normas não elucidadas, o que pode gerar problemas futuros ligados a conservação da RESEX.

A prática pesqueira artesanal é carregada de identidade. Aqueles que a fazem muitas vezes vêm sua identidade naquela prática. Uma atividade ensinada, espontaneamente desde a infância, uma vida inteira embalada por todo simbolismo que envolve a pesca, molda o senso de identidade desses sujeitos a partir desse exercício.

Esse sentimento torna-se evidente ao observar que mais da metade dos pescadores entrevistados afirmaram sentir prazer ao exercerem essa atividade, mesmo tendo relatado, instantes antes, desafios que poderiam facilmente desmotivá-los. Tal contradição aparente revela que, para esses sujeitos, a pesca não se resume a um simples ofício, mas configura-se como um modo de vida. Os rituais cotidianos, como preparar a embarcação antes da partida e entoar canções durante as jornadas no mar, foram fundamentais para moldar suas identidades ao longo das décadas.

Como afirmou o pescador Aristeu Moraes Costa, residente de Icatu e que não pensa em realizar outra ocupação laboral, o gosto pela pesca encontra-se nos detalhes do cotidiano, como o movimento dos ventos, o sol brilhando e as refeições coletivas com os demais pescadores que fazem esse trabalho ser tão específico (Figura 22).

Figura 22: Pescador em Icatu



Fonte: Autoria própria, 2025.

O território marítimo cria uma sensação de acolhimento, por se tratar de uma fonte de recurso que lhes garantem a existência, esses grupos se veem completamente dependentes e devotos ao mar, como afirmou um pescador referindo-se a vastidão marítima apontada com o dedo “lá é o meu porto”, ali é minha casa.

A vastidão de sentidos embolados com o mar talvez só o próprio mar seja capaz de comportar, só o elo embrionário comporta e explicaria o fato de, em várias camadas desses sujeitos pescadores, em todas elas estão o marcador pertencimento, apontando que suas vidas nada seriam sem o território marítimo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações levantadas ao longo desta pesquisa revelaram de forma contundente os desafios enfrentados pelos pescadores e pescadoras artesanais na Reserva Extrativista Marinha Baía do Tubarão. Tais dificuldades impactam diretamente a continuidade e a qualidade do trabalho realizado por esses sujeitos.

A pesca artesanal no litoral do Maranhão, especialmente na área estudada, demonstrou possuir grande potencial de desenvolvimento. Caso esse potencial fosse efetivamente explorado, poderia melhorar significativamente as condições de vida dos trabalhadores do mar, reduzindo a sobrecarga de trabalho que atualmente enfrentam.

Contudo, o cenário identificado foi de abandono institucional. Esse abandono só não é absoluto devido às próprias iniciativas dos pescadores, que têm buscado se organizar coletivamente na tentativa de assegurar melhores condições para a categoria.

As colônias de pescadores, que deveriam atuar como instâncias de apoio técnico e político à atividade pesqueira, passaram a funcionar, em muitos casos, como órgãos públicos informais, atendendo a demandas diversas e, por vezes, desviando-se de sua função original. Um exemplo claro dessa distorção é a concessão de benefícios como o auxílio-doença: frequentemente, pessoas que não exercem de fato a atividade pesqueira acabam usufruindo de tais direitos, enquanto trabalhadores legítimos enfrentam barreiras para acessá-los.

As entidades representativas dos pescadores artesanais devem buscar um fortalecimento efetivo de seus vínculos com as demandas reais do cotidiano desses trabalhadores, atuando na orientação contínua quanto aos seus direitos e deveres. A ausência ou a insuficiência da atuação do poder público é um fator agravante que contribui para a precarização das condições de trabalho, fazendo com que grande parte das atividades pesqueiras seja conduzida de maneira informal e sem suporte institucional.

Observa-se, também, um cenário político marcado por profundas raízes partidárias nos diversos setores dos municípios envolvidos — cenário esse que se estende ao campo da pesca artesanal. A partidarização das entidades representativas, por exemplo, revela-se como um

mecanismo que pode enfraquecer a autonomia da categoria, submetendo os trabalhadores a uma lógica assistencialista que, em vez de promover sua emancipação, os mantém em posição de dependência e vulnerabilidade, sem garantias estruturais de longo prazo.

Além disso, o modo de vida tradicional desses pescadores está sendo ameaçado por diversos fatores, entre os quais se destaca o impacto ambiental. Os relatos colhidos durante a pesquisa indicam uma percepção recorrente de escassez: muitos pescadores comparam o presente ao passado e apontam uma significativa diminuição na quantidade de pescado disponível, revelando a urgência de ações voltadas à conservação ambiental e à sustentabilidade das práticas pesqueiras.

A atual redução da quantidade de pescado na região pode ser associada ao extrativismo desordenado ocorrido em décadas anteriores, período em que a fiscalização ambiental era praticamente inexistente. Em diversos casos, a pesca acontecia durante o ciclo reprodutivo das espécies, comprometendo seriamente a renovação natural dos estoques pesqueiros. Esse cenário foi agravado por fatores climáticos e ações de origem antrópica, nas quais o cuidado com os recursos naturais foi sendo negligenciado, resultando em impactos negativos à qualidade das águas e à sobrevivência de diversas espécies, devido à poluição e ao uso inadequado do território.

Os saberes tradicionais relacionados à prática pesqueira correm o risco de se tornarem apenas memórias narradas pelas gerações mais velhas. Muitos dos pescadores entrevistados relataram uma ausência de interesse dos mais jovens em seguir a profissão. Essa falta de continuidade está diretamente relacionada a aspectos como o acesso à educação formal e à mobilidade social. Grande parte desses trabalhadores está envolvida com a pesca há mais de três décadas, período em que as oportunidades de escolarização eram escassas, e o ofício era aprendido de maneira informal, ainda na infância, como parte do cotidiano.

Alguns desses pescadores conseguiram proporcionar aos filhos o acesso ao ensino em centros urbanos, como São Luís ou municípios vizinhos. Entretanto, uma vez instalados nessas cidades, muitos jovens fixaram residência permanente e perderam o vínculo direto com a atividade pesqueira, visitando suas comunidades de origem apenas em datas comemorativas. Aqueles que permaneceram nas cidades raramente demonstram interesse em retomar o ofício dos pais.

Diante desse cenário, torna-se essencial valorizar e preservar a prática da pesca artesanal, bem como cuidar dos recursos naturais que sustentam a vida e o trabalho dessas populações. Um dado preocupante revelado pela pesquisa é que muitas pessoas não sabem o que é uma Reserva Extrativista (RESEX) ou desconhecem que vivem dentro de uma unidade

de conservação ambiental. Esse desconhecimento revela falhas nos processos de educação ambiental e participação social, indicando a necessidade de estratégias mais eficazes de conscientização e envolvimento das comunidades com os instrumentos legais que regem seus territórios.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mauro Barbosa; REZENDE, Roberto Sanches. Uma nota sobre comunidades tradicionais e unidades de conservação. **RURIS**, v.7, n.2.set. 2013.

BACHA, Carlos José Caetano. As unidades de conservação do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 30, n. 4, p. 339-358, 2020.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; LEAL, Alessandra. **Comunidade tradicional**: conviver, criar, resistir. **Revista ANPGEO**, Dourados, v.8, n.9, p.73-91. Jan/jul.2012.

BRANDÃO, DO; ARIEIRA, J.; NOBRE, CA. Impactos das mudanças climáticas na sociobioeconomia da Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 112, pág. 249–270, 2024.

BRASIL Lei n.9.985 de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília,200. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm

CALVENTE, Maria del Carmen Matilde Huertas. COMUNIDADES TRADICIONAIS, IDENTIDADE TERRITORIAL E MEMÓRIA: A TESSITURA DO PASSADO COMUM / TRADITIONAL COMMUNITIES, TERRITORIAL IDENTITY AND MEMORY: THE TEXTURE OF A COMMON PAST. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 580–606, 2017. DOI: 10.12957/geouerj.2017.24648. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/24648>. Acesso em: 29 maio. 2025.

CANDIOTTO, L. Z. P. (2011). CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE TURISMO SUSTENTÁVEL. *Formação (Online)*, 1(16). <https://doi.org/10.33081/formacao.v1i16.861>.

CANDIOTTO, L. Z. P. (2011). CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE TURISMO SUSTENTÁVEL. *Formação (Online)*, 1(16). <https://doi.org/10.33081/formacao.v1i16.861>.

CHELOTTI, M. C. Reterritorialização e identidade territorial. **Sociedade & Natureza**, v. 22, n. 1, p. 165–180, abr. 2010.

CORDELL, John. 2000. “Remapeando as águas: o significado dos sistemas de apropriação social do espaço marítimo”. Mimeo. p. 01-18.

DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos et al. Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil. São Paulo: NUPAUB, 1999.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil**. Etnográfica, v. 3, n. 2, p. 361-375, 1999 Tradução. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N2/Vol_iii_N2_361-376.pdf. Acesso em: 24 fev. 2024.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Povos e mares: leituras em socio-antropologia marítima**. . Sao Paulo: Nupaub/Usp.. Acesso em: 29 maio 2025, 1995.

FADIGAS, A. B. DE M.; GARCIA, L. G.. Uma análise do processo participativo para a conservação do ambiente na criação da Reserva Extrativista Acaú-Goiana. **Sociedade & Natureza**, v. 22, n. 3, p. 561–576, dez. 2010.

FERREIRA, B. M. P.; FERREIRA, M. DE O. Dinâmica distributiva de ICMS ecológico em Pernambuco, Brasil, e a criação de novas Unidades de Conservação. **Interações (Campo Grande)**, v. 25, n. 3, p. e2533834, jul. 2024.

FERREIRA, D. DE J.; PROFICE, C. C.. Os (entre)laços com a terra, o lar e o lugar: topofilia e percepção ambiental de uma comunidade rural da Bahia. **Interações (Campo Grande)**, v. 22, n. 1, p. 37–49, jan. 2021.

FONSECA, Anderson José da Silva; SILVA, Helena Paula de Barros; ALBUQUERQUE, Rosany Carvalho Lócio de. Reflexões sobre a criação das unidades de conservação no brasil e o sistema nacional de unidades de conservação. **Revista de Geografia**, [S. l.], v. 36, n. 3, p. 97–111, 2019. DOI: 10.51359/2238-6211.2019.239824. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistageografia/article/view/239824>. Acesso em: 29 maio. 2025.

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. **A NATUREZA É MINA, NÃO ACABA NUNCA: uma avaliação da sustentabilidade na Baía do Tubarão na percepção de seus moradores**, 2008. 85f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade de Ecossistemas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.

MENEZES, DS; SIENA, O.; RODRÍGUEZ, TDM. Ambientalismo e concepções de RESEX, extrativismo e conhecimento no ICMBIO na Amazônia Legal. **Ler. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, v. 2, pág. 451–479, maio de 2011.

MIRANDA, Raizza. Sociobioeconomia para Coevolução: Modelo de Gestão Sistêmica para Populações Tradicionais. 2023. 170 f. Dissertação de (mestrado em Pesquisa Operacional) – Instituto Tecnológico de Aeronáutica e Universidade Federal de São Paulo, São José dos Campos, 2022.

PEREIRA COELHO, Lidiane; PEREIRA COELHO DE MESQUITA, Diana. LÍNGUA, CULTURA E IDENTIDADE: CONCEITOS INTRÍNSECOS E INTERDEPENDENTES. **EntreLetras**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/entreletras/article/view/975>. Acesso em: 30 maio. 2025.

PEREIRA, Bárbara Elisa; DIEGUES, Antônio Carlos. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 22, 2010.

RAMALHO, Cristiano Wellington Norberto. **Ah esse povo do mar! um estudo sobre o trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana**. São Paulo: Polis, 2005. Disponível em: <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/2020-10/RAMALHO%2C%20Cristiano.%202006%20Ah%2C%20esse%20povo%20do%20mar.pdf> Acesso em: 05 de fevereiro de 2024.

RODRIGUES, A. do R.; MATAVELLI, C. J. As principais alterações do Código Florestal Brasileiro. **Revista Brasileira de Criminalística**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 28–35, 2020. DOI: 10.15260/rbc.v9i1.300. Disponível em: <https://revista.rbc.org.br/index.php/rbc/article/view/300>. Acesso em: 29 maio. 2025.

SANTOS, Mílton. O retorno do território. Território: globalização e fragmentação. Tradução. São Paulo: HUCITEC/ Annablume, 2002. . . Acesso em: 27 ago. 2024.
SILVA, Catia Antonia da (org.). **Pesca Artesanal e Produção do Espaço**, Rio de Janeiro:Consequência, 2014.

SILVA, Catia Antonia. **políticas públicas e território:** passado e presente na efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
TOLEDO, Victor. Povos/comunidades tradicionais e a biodiversidade. **NUPAUB**, São Paulo: 2001.

Tuan, Yi-fu. **Topofilia**, São Paulo: DIFEL,1980.

VALLEJO, L. R. Unidade de Conservação: Uma Discussão Teórica á Luz dos Conceitos de Território e Políticas Públicas. **GEOgraphia**, v. 4, n. 8, p. 57-78, 21 set. 2009.

APENDICE – Entrevista semiestruturada



No Mesmo Barco: a cadeia produtiva da pesca na RESEX Baía de Tubarão

Questionário Para os Pescadores

01. Maioria dos pescadores têm barco?
02. Qual o destino da produção municipal?
03. Há registros de técnicas de captura durante o ciclo reprodutivo das espécies?
04. Existe atuação de atravessadores? de onde são?
05. Como é a atuação da capitania dos portos no local?
06. Como é a relação do ICMBIO com os pescadores?
07. Mudou algo na pesca depois da instituição da RESEX na pesca?
08. Pesca em rio maré?

Questionário Para o Presidente da Colônia de Pescadores

01. Qual a importância da atividade pesqueira na economia da região?
02. Quantos pescadores são filiados à colônia?
03. Quais os benefícios mais demandados na colônia?
04. Qual espécie de maior valor econômico?
05. Quanto tempo em média o pescador continua desenvolvendo sua atividade?